



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE MEIO AMBIENTE E DOS DIREITOS
DOS ANIMAIS**

PRESIDENTE: ALESSANDRO GUEDES / LUANA ALVES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 27-05-21

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Falha na transmissão. Registro prejudicado

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Bom dia a todos. Esta é a 2ª audiência pública semipresencial, no Auditório Prestes Maia. Solicitante, Vereadora Luana Alves.

Como Presidente da Comissão, declaro abertos os trabalhos da 2ª audiência pública virtual da Comissão Extraordinária de Meio Ambiente e dos Direitos dos Animais.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, no *link* Auditórios On-line e no Canal do Youtube da Câmara Municipal de São Paulo.

Pauta. Discussão de ações conjuntas entre população e Poder Público visando à ampliação do número de parques e áreas verdes, em especial na iminência da revisão do Plano Diretor, bem como uso e formas de gestão dos parques e áreas municipais durante e pós pandemia.

Convidados os Srs. Eduardo Castro, Secretaria do Verde e Meio Ambiente; Alexandre Modonezi, Secretaria Municipal das Subprefeituras; Alê Youssef, Secretaria Municipal de Cultura; Thiago Milhim, Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, representado por Rodrigo Arraval; Cesar Boffa Azevedo, Secretaria Municipal de Licenciamento e Urbanismo; Claudia Carletto, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania; Tamires Oliveira, Coordenação Gestão de Parques e Biodiversidade; Rubens Rizek, Secretaria de Governo Municipal; Maria Angelica Oliveira, Projeto Integrado Desenvolvimento Sustentável; Ivan Maglio, Pesquisador do Centro de Síntese USP Cidades Globais; Sidnei Raimundo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, USP; Euler Sandeville Jr., Biosphera 21; Maria Isabel e Carolina Tarrio, Instituto Alana JP Amaral; Sueli Angela Furlan, Chefe do Departamento de Geografia da USP; Reinaldo Pacheco, Professor de Graduação em Lazer e Turismo, USP Leste e Lia Salomão Lopes, Cidade Escola Aprendiz.

Cumprimento a Vereadora Luana Alves, solicitante desta audiência para debater esse importante tema e passo a presidência dos trabalhos.

- Assume a presidência a Sra. Luana Alves.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Bom dia todas, todos e todes. Obrigada, Vereador Alessandro Guedes, Vice-Presidente da Comissão, pela abertura desta audiência.

Agradeço a presença de todos, representantes de movimentos sociais, ativistas de defesa das áreas verdes e parques urbanos. Agradeço também a presença dos representantes do Executivo Municipal, estou vendo representantes da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, estou vendo representações importantes para conseguirmos fazer um debate interessante sobre o uso e gestão de parques urbanos e áreas verdes.

Sabemos que a gestão e o uso de parques urbanos sempre foi um desafio na cidade de São Paulo, enfrentamos uma série de interesses diversos quando falamos em ocupação do território da Cidade, quando falamos sobre usos públicos desse território da Cidade. Sabemos que nunca foi fácil batalhar constantemente para que a Cidade tenha uma orientação, uma priorização sobre a área verde pública. Esse nunca foi um debate fácil, principalmente quando falamos também em gestão democrática de parques, gestão democrática de áreas verdes.

E agora, durante a pandemia a coisa fica ainda mais complexa. Sabemos que há necessariamente uma diminuição de circulação, mas ao mesmo tempo sabemos que parques representam uma outra coisa, são áreas abertas. Enfim, é muito importante uma audiência como esta para pensarmos de forma conjunta, sociedade civil, movimentos sociais, representantes da gestão de parques ou Poder Público, sobre as nossas possibilidades de ter uma gestão mais ampla, mais democrática das áreas verdes e dos parques urbanos.

E também que se consiga aqui em conjunto pactuar algumas ações que tenho certeza de que vamos conseguir pactuar, no sentido de cada vez mais ampliar a quantidade, o número dessas áreas na cidade de São Paulo. Tenho certeza de que esse é o interesse não só de parlamentares, meu, do Vereador Alessandro, de parlamentares desta Comissão, nem só do Executivo Municipal, nem só dos movimentos sociais. Tenho certeza de que vamos conseguir aqui pactuar ações que visem uma batalha conjunta, principalmente na iminência do Plano Diretor, que vai definir também alguns parques públicos e áreas verdes, a delimitação

deles, as metas que vamos ter em relação à delimitação desses parques. Então vamos aqui tirar algumas pactuações iniciais para isso.

Gostaria de passar para quatro pessoas convidadas que vão fazer falas iniciais, o Francisco Bodião, Sociólogo, Professor Integrante do Movimento Parque Chácara do Jockey e do Fórum Verde Permanente; Reinaldo Pacheco, Sociólogo, Especialista da USP Leste, Especialista em Lazer e Recreação pela Unicamp, Professor em Lazer e Turismo da USP Leste; Professor Ivan Carlos, Pesquisador do Centro de Síntese USP Cidades Globais e Daniel Becker, Pediatra Docente da Faculdade de Saúde Pública da UFRJ e foi Consultor da UNICEF e da OMS.

Vou começar com esses quatro convidados, mas quero dizer que esta é uma audiência para todos falarem, colocarem as questões locais, enfim, para todos se sentirem muito à vontade.

Vou passar inicialmente para esses quatro convidados. Depois para o Poder Executivo. Também saúdo os Vereadores presentes, gostaria que, se possível, depois das falas do Executivo, vi o Vereador Marcelo Messias, representação do Vereador Toninho Vespoli, que pudessem fazer falas também após a fala das secretarias.

Tem a palavra o Professor Francisco Bodião, depois para o Professor Reinaldo Pacheco.

O SR. FRANCISCO EDUARDO BODIÃO – Luana, vou tentar ser breve para dar mais tempo para os outros convidados. Bom dia, quero saudar a todos, todas e todes que acompanham esta audiência; saudar os Vereadores e Vereadoras presentes; agradecer a Comissão pela oportunidade de espaço para a discussão que vamos fazer hoje; agradecer o Presidente da Comissão, Vereador Xexéu Tripoli, ao Vice-Presidente, Vereador Alessandro Guedes, em especial, a Vereadora Luana Alves por ter solicitado a realização desta audiência e saudar também a Tamires e o Ravena, que acompanham toda a luta do Fórum Verde e sempre garantem canal e espaço de diálogo com os ativistas aqui da cidade de São Paulo.

Meu nome é Francisco Bodião, Chicão, faço parte do Movimento Parque Chácara do Jockey, que existe há mais de 20 anos aqui na região do Butantã e integro o Fórum Verde Permanente de Parques, Praças e Áreas Verdes da Cidade de São Paulo. O Fórum surgiu em 2019, resultado da articulação e mobilização de ativistas, conselheiros gestores de parques, Cades, pesquisadores, estudantes, cidadãos e cidadãs, preocupados com as questões ambientais da Cidade, principalmente depois do início do processo de concessão de parques, em São Paulo, e do agravamento da situação das áreas de proteção ambiental e de mananciais.

Sobre as áreas de mananciais fizemos importantes debates aqui nesta Casa reivindicando, inclusive, o dossiê elaborado pelo Vereador Gilberto Natalini. Sobre o processo de concessão atuamos de forma bastante crítica sobre a proposta elaborada pela SP Parcerias, que priorizava a exploração comercial nos parques da Cidade, em detrimento da proteção ambiental e do desenvolvimento humano e social possível através da potencialização desses espaços públicos como áreas verdes e de efetivação de programas e projetos de esporte, lazer, Cultura, Saúde, inovação tecnológica, empregabilidade, entre outros.

Após uma intensa mobilização da sociedade civil e tentativas de alterar o princípio dessas concepções, a proposta inicial foi timidamente alterada pela SP Parcerias, o que nos obrigou a buscar a judicialização do processo através de uma ação do Vereador Gilberto Natalini e do Ministério Público, por meio da atuação do Promotor Dr. Carlos Henrique.

Conseguimos na Justiça um acordo com a Prefeitura que assumiu que, para o avanço de qualquer proposta de concepção de parque, planos diretores, ou de gestão, seriam confeccionados com a ampla participação da sociedade civil e dos usuários e frequentadores dos parques da Cidade; vitória importante que recolocou e reconfigurou a importância dos parques urbanos, mas principalmente deu sentido e uso público a esses parques, também devolveu protagonismo e importância a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, que na primeira fase desse processo ficou submetida a SP Parcerias.

Esse conflito de responsabilidade e interesses reafirmou que vem acontecendo o enfraquecimento e desmonte da Secretaria do Verde, uma das mais importantes Secretarias. Por isso, precisamos da ajuda desta Casa para a recuperação da SVMA, de sua estrutura funcional e de orçamento, para que possa cumprir com seu papel que a cada ano se torna mais complexo.

Em 2010, o orçamento da SVMA correspondia a 1% do Orçamento total da Cidade. De lá para cá, esse percentual vem diminuindo drasticamente, chegando em 2021 a um percentual de um pouco mais de 0,3% do Orçamento da Cidade.

Sem qualificação orçamentária, sem restituição no seu quadro funcional de carreira, a SVMA vem perdendo, ano a ano, a capacidade de cumprir com seu papel, que deve ser complementado e apoiado através da participação social, a partir dos Cades, conselhos gestores de parque, que precisam ser respeitados no cumprimento de suas funções e capacidade de fazer o controle social da gestão pública que, na dimensão dos parques urbanos, exige qualificação social, técnica e sensibilidade social para a administração dessas áreas verdes, o que em muitos casos não acontece, já que a maioria dos administradores de parques não têm essa formação e são indicações políticas. Precisamos de ajuda desta Casa para a garantia de uma carreira específica e de dedicação exclusiva de administrador de parques.

A importância cada vez mais estratégica de potencialização do Orçamento da Cidade e da articulação intersetorial das Secretarias Municipais exige uma proposta mais ampla e diversa de gestão e investimentos nos parques públicos, que hoje são 107 e com a previsão de criação com mais de 167 pelo Plano Diretor Estratégico.

Não existe uma única solução para os parques da Cidade: a concessão com a revisão de suas características pode ser alternativa, mas é impossível ser a única. As parcerias e colaborações, além do envolvimento de organizações não governamentais e da sociedade civil na gestão e administração dessas áreas precisam ser potencializadas e garantidas, o que

também exigirá o envolvimento e engajamento desta Casa no debate e formulação de nova legislação.

Agradeço a oportunidade, e apresento a disposição do Fórum Verde Permanente e apoiar e ajudar o avanço desse debate e de novas conquistas para a cidade.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Muito obrigada, Chicão.

Tem a palavra o Professor Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco.

O SR. REINALDO TADEU BOSCOLO PACHECO – Obrigado, Vereadora Luana Alves. Agradeço O convite da Câmara Municipal, agradeço também o convite da militância do Fórum Verde Permanente.

Eu vou abordar três pontos rapidamente. O primeiro é uma discussão importante para a gente entender também até o meu lugar de fala neste espaço: Eu sou Professor da USP Leste, sou Bacharelado em Lazer e Turismo, e não é mais aceitável que uma cidade como São Paulo forme tantos bons profissionais no campo do lazer e turismo e não tenhamos nenhum desses profissionais sendo contratados para gerir parques em São Paulo, não faz o menor sentido isso.

Digo isso com propriedade porque estou, há mais de oito anos, trabalhando disciplinas específicas dentro do curso de Lazer e Turismo relacionadas a gestão de parques urbanos. Então, não é mais aceitável que uma cidade como São Paulo não tenha profissionais qualificados em número suficiente dentro de uma Secretaria tão importante quanto a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente para auxiliar na administração desses espaços.

Por isso, defendo que nossos estudantes e futuros profissionais tenham mais acesso a estágios e a trabalho na Secretaria do Verde do Meio Ambiente.

Segunda coisa diz respeito a uma questão mais conceitual, que é muito importante que discutir aqui também na medida em que temos representantes não só da Câmara Municipal, como também da Secretaria: Não é a mesma coisa administrar um parque urbano e uma unidade de conservação *stricto sensu*, que no caso dos municípios são os parques

naturais municipais; são espaços completamente diferentes. Os parques urbanos precisam ser entendidos como território de direitos absolutamente ampliados: direito à educação, direito à saúde.

Nós acabamos de lançar um livro, na verdade organizado pelos colegas do Rio de Janeiro, da UNIRIO, junto com o Instituto Niemeyer, que discute justamente a importância desses espaços agora na pandemia e na pós pandemia, chamado *Cidades Vacinadas*.

É muito importante o parque urbano na perspectiva de uma política ampliada de educação, saúde, lazer, cultura; e nós temos espaços dentro de parques urbanos. Recentemente, há uns 15 dias, eu visitei o parque Dom Paulo Evaristo Arns, na zona leste de São Paulo, com espaço incrível para atividades culturais, mas está praticamente abandonado esse espaço; sem contar que na zona Leste há diversos outros espaços como esses abandonados: o parque central da União de Vila Nova; o Sítio Mirim, que é patrimônio tombado e está completamente abandonado.

Então, é preciso uma articulação. Não é possível, a gente não aceita mais esse tipo de posicionamento dentro da Cidade. E a Universidade tem que ser convidada e convocada muito mais vezes para contribuir nesse processo. Eu me sinto, às vezes, até certo ponto, ofendido, como cientista que sou, na medida em que eu vejo decisões sendo tomadas na cidade de São Paulo em relação aos parques urbanos sem a menor consulta a quem possui conhecimento dos parques urbanos. Esse é o meu primeiro desabafo.

O segundo desabafo é sobre a questão dos modelos de gestão. Não é mais aceitável ficar engolindo o modelo único de gestão privatista, que tem sido impingido sobre os parques de São Paulo. Esse modelo precisa ser revisto. Não faz sentido concessão de 35 anos, como foi feita a concessão do Ibirapuera, colocando no pacote de concessão outros parques cuja concessionária vai ter o mínimo investimento naqueles parques.

Um deles, em Pirituba, tem duas quadras de tênis de saibro funcionando perfeitamente. Ou seja, escolheram parques chamados de periferia que não têm nada de parque de periferia. Escolheram no pacote parques também que a empresa não vai ter

despesa praticamente para gerir. Então o modelo de concessão é o fim do mundo. Eu sinto muito que isso tenha passado pela Câmara Municipal de São Paulo, e os Vereadores daquela legislatura tenham aprovado esse tipo de concessão. Não é aceitável esse tipo de concessão.

Acabei de colocar um *link* da Prefeitura de Bogotá. Nós estamos tomando de goleada dos nossos colegas da Colômbia, do Uruguai, da Argentina, do México, na gestão desses espaços. Nós tomamos de goleadas deles. Eu tenho ido a eventos internacionais e visto o quanto nós estamos tomando de goleada na gestão desses espaços. Então nós precisamos pensar num sistema de gestão de espaços livres, públicos, urbanos. Um sistema que dê conta dos 107 já implantados praticamente e mais 160 que virão, sendo que nós temos que integrar esse sistema também às praças. Não é possível deixar as praças da cidade abandonadas do jeito que estão. Não é aceitável isso. As praças são motivo de disputa entre vereadores locais, submetidas a uma gestão das administrações regionais, que sabemos que não funciona em relação nem à zeladoria e muito menos à manutenção das praças como elas deveriam ser. Então o que nós reivindicamos aqui também é que nós olhemos para um sistema de gestão desses espaços, e não olhar os espaços desse jeito que tem sido olhado – de forma absolutamente fragmentada.

E para encerrar a minha fala eu quero reforçar a ideia da intersectorialidade, de ações, de políticas públicas intersectoriais em relação aos parques urbanos. Como eu disse: não é possível que a gente não consiga articular com a Secretária de Educação, com a Secretária de Cultura, com a Secretaria de Esportes e Lazer, com a Secretária de Saúde, programas e projetos que aconteçam nos parques. Os parques estão abandonados do ponto de vista...

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Concluindo, professor.

O SR. REINALDO TADEU BOSCOLO PACHECO – Não há programação decente sendo realizada nos parques, nem nos centros de educação ambiental. Sinto muito.

Então, para encerrar a minha fala, eu queria, então, só reforçar que são esses três aspectos importantes: a questão conceitual – parques urbanos não são unidades de

conservação, são diferentes, apesar de prestarem serviços ambientais também, obviamente; o sistema de gestão; e também a intersetorialidade. Essas três coisas são fundamentais para pensarmos de fato os parques urbanos na cidade de São Paulo.

Agradeço a oportunidade. E me coloco sempre à disposição desta Casa e de quem quiser debater e construir conhecimento conosco aqui na Universidade de São Paulo.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Ótimo.

Muito obrigada, Prof. Reinaldo. Excelente fala.

Tem a palavra o Prof. Ivan Carlos Maglio, também um dos nossos convidados.

(Pausa)

(NÃO IDENTIFICADO) – O Ivan está aqui, eu não sei se ele está com alguma dificuldade.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Bom, só para seguirmos aqui, que tem bastante gente inscrita – inclusive, em breve, eu vou passar a lista do nosso *chat* para garantir a fala de todo mundo –, eu vou passar a palavra o Daniel Becker.

(NÃO IDENTIFICADO) – Daniel está atrasado. Estou com ele no celular.

Entrou o Ivan.

O SR. IVAN CARLOS MAGLIO – Bom dia a todos.

Eu fiz uma apresentação. Não sei se vai dar tempo. Eu estou tentando colocar aqui.

Eu estudo via USP, do Centro de Sínteses USP Cidades Globais. Venho colaborando com o Fórum Verde, que faz um importantíssimo trabalho pela cidade. E parablenizo a Comissão de Meio Ambiente, a Vereadora Luana e demais Vereadores por essa excelente iniciativa superimportante para a cidade.

Nós fizemos, em maio do ano passado, ainda com os parques fechados no IEA uma pesquisa chamada *Emoções Momentâneas*, sobre como as pessoas estavam se sentindo na pandemia. Aí foram os pesquisadores. E havia uma preocupação de entender o que a cidade enfrentava na pandemia e que transformações a cidade iria ter, que modelo de cidade poderia surgir depois de todo esse enfrentamento e esse processo tão difícil de isolamento. E

que tínhamos de pensar muito nos espaços verdes, porque já estava claro pela ciência que nós não podemos nos aglomerar, mas os espaços verdes eram os únicos locais para amenizar essa situação. E quais as estratégias que se poderia pensar para o desenvolvimento urbano em relação a toda essa situação.

Bom, nós fizemos uma pesquisa com quase duas mil pessoas, perguntando sobre algumas questões, que eu vou falar ao longo dos *slides*. Como as pessoas estavam se sentindo, né. Em geral, era muita ansiedade, apreensão. Acho que esse estado de cansaço também. Essas coisas continuam. A situação continua. Naquele momento estava fechado, os parques reabriram. Agora nós estamos numa outra situação: com controle. A pesquisa é um pouco anterior a isso.

O hábito de frequentar áreas verdes era mais ou menos esse que está aí no quadro: quase 17018% iam três vezes por semana, 33% iam semanalmente, quase 11% iam todos os dias; e quase 20% duas vezes por mês. Então há um hábito de frequentar áreas verdes já havia, e ele continuou sendo importantíssimo. Tinha outras perguntas sobre as principais faltas que as pessoas sentiam. Mas era falta de áreas verdes, que foi sentida por 86% dos respondentes, o que significa que a cidadã, os cidadãos, todos, precisam de áreas verdes e apoiam a quantidade de áreas verdes necessárias para que todos possam ter acesso a ela. E 90,5% indicaram praças como locais que eles tinham mais vontade de frequentar logo que pudessem, e na situação pós-Covid também. Isso tudo está num trabalho que nós publicamos na Revista LabVerde da FAU. Está aí para depois quem quiser ver. E também num relatório de pesquisa no IEA.

As conclusões desse trabalho indicaram que precisa ampliar áreas verdes. É urgente, das metas pós-pandemia. E isso corrobora o que o Francisco e o que o Reinaldo já falaram. Mas que precisa promover a descentralização, porque, analisando as áreas verdes da cidade, muitos bairros não têm acesso, tem menos de 1%, ou até tem 5m² por habitante de áreas verdes. Então há uma desigualdade na relação de áreas verdes.

Em relação a como frequentar os parques: controlar os fluxos de acesso, de acordo com a capacidade de suporte dos parques e anuncio que estamos fazendo uma pesquisa pelo Fórum Verde, junto com a SVMA, Instituto de Energia e Ambiente da USP, para avaliar o comportamento e melhorar, vendo as falhas dos cuidados ou daquilo que precisa ser melhorado em relação às medidas de frequência ao parque e essa situação ainda de pandemia.

Também se orientou a abertura de rua de pedestres, incentivo a se criarem mais ciclovias, para que se use ainda nos parques esse meio de transporte, mas, principalmente, no conjunto, reconstruir as lógicas de funcionamento, as políticas de diretrizes da cidade para uma cidade mais segura, mais inclusiva, sempre questionando se estamos num caminho de mudança, mas o que é claro é que precisamos reconstruir a lógica de funcionamento da cidade. Ela tem que ser mudada para pós pandemia, passando a cidades seguras, enfrentando as desigualdades sociais e ambientais que ficaram nítidas durante a pandemia.

Ao mesmo tempo, essas medidas são uma nova forma de combater a crise climática.

Ainda como recomendação: aproveitamento dos vazios urbanos, nos bairros, para quebrar essa desigualdade e ter mais áreas verdes. Ampliar o índice de áreas verdes em 16 Subprefeituras é menos do que 5 metros quadrados por habitante, grande parte na zona Leste. Inclusão de praças, como já falei, e até maior uso dos espaços públicos, nos CEUs e em outros lugares, porque a carência é também de espaços públicos e de estar ao ar livre, com a natureza, claro muito mais relevante.

Os serviços em que têm essas áreas verdes e parques são fundamentais para a regulação do clima, qualidade do ar, armazenamento do carbono, provimento de água, proteção de biodiversidade, efeitos positivos na qualidade de vida da população. Isso está em inúmeros trabalhos científicos para que a cidade possa ser mais resiliente a mudanças climáticas.

Para finalizar, essa situação das áreas verdes é essa crítica que eu falei. Vou para o final, em relação ao Plano Diretor.

O Plano Diretor reflete tudo isso, nós temos no Plano Diretor uma iniciativa que está desde 2002, quando participei da coordenação dos trabalhos. Nós temos uma rede hídrica ambiental, ou seja, uma infraestrutura verde iniciada, que é composta pelos 160 parques, e também, nos parques lineares, os 167 previstos, mas essa estrutura está avançando muito devagar. Ela é estruturadora do desenvolvimento urbano, por tudo o que foi falado anteriormente.

Essa estrutura não vem sendo implementada a contento, por exemplo, os parques lineares só foram feitos, entre 2002 e 2014, 24 parques lineares. Depois, diminuiu muito. Parou.

Hoje, nós temos no Plano de Metas uma discussão que são oito novos parques, incluindo o Parque Augusta que foi fruto de uma grande luta social. Nessa velocidade, a meta dos 167 parques será para 2040. Ou seja, a mudança da forma de concessão, da forma de gestão, da prioridade política para áreas verdes. É a melhor forma de a gente lutar por uma cidade mais saudável, mais resiliente, tanto a pandemias quanto às mudanças climáticas.

Eu faço esse apelo para que se fortaleçam os investimentos nessa área, principalmente, porque a principal estrutura que é a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente não chega a 1%, e foi a grande luta do Fórum Verde antes das eleições e que continua.

Obrigado à Comissão. Agradeço o convite.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Agradeço a apresentação completa.

Vamos para a última convidada que iria falar depois. Eu vou passar para alguns convidados de órgãos públicos; depois, para os representantes do Executivo. Já adianto que temos representações da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, da Coordenadoria de Gestão dos Parques e da Secretaria de Esportes. Agradeço a presença de todos.

Vou passar a palavra ao último desse bloco Professor Daniel Becker. (Pausa)

O SR. DANIEL BECKER – Sou pediatra, sanitaria, do Rio. Escolhi esse lugarzinho para, justamente, falar para vocês junto à natureza, dizer que sou estudioso da relação criança com natureza, criança e natureza, sou ativista ambiental e ativista pela infância. Estudo bastante esse tema da importância da natureza nas nossas cidades.

O contato com a natureza traz uma série de benefícios absolutamente encantadores para as crianças. Não só para as crianças, para as famílias e a sociedade como um todo.

Infelizmente, eu estava atendendo e não pude escutar as discussões anteriores, mas imagino que já tenham falado disso.

Em relação à criança, a natureza tem uma característica muito especial que é a de convidar a criança à exploração, de estimular a sua curiosidade e sua criatividade, de oferecer uma atividade física para a criança. Ela estimula a atividade física, também convida para o movimento. Hoje, as nossas crianças estão extremamente sedentárias. Ela convida de uma forma absolutamente funcional, na qual a irregularidade de seu território vai ser estimulante em todos os sentidos: osteomuscular e espiritual, posso dizer.

A natureza, do ponto de vista pedagógico, é extraordinária também. Ela oferece muita oportunidade de ensino. Estamos vendo, na pandemia, a importância de termos ar livre e espaços abertos pela questão da segurança de redução à transmissão. É a melhor forma de reduzir a transmissão, mas, também, escolas que têm espaços ao ar livre ou que usam espaços adjacentes do Município, ar livre, praças e parques etc., podem usufruir desses recursos que a natureza oferece para qualquer tipo de aula, qualquer tipo de matéria.

A natureza traz foco, reduz a distração da criança, ajuda a criança a aprender - tudo que eu vou falar aqui são dados de estudos. Não são invenções nem frases bonitinhas, são comprovadas pela ciência. Ela estimula as crianças ao aprendizado, melhora o desempenho escolar, melhora a memória, o foco e a atenção.

Traz a atividade física, portanto, ela combate sedentarismo, reduz a obesidade, afasta as crianças das telas – o que é um milagre, hoje, a criança chora na hora de ir para fora de casa, mas quando ela chega numa praça, num parque, ela fica feliz.

A natureza vai combater os principais males da infância, como justamente a obesidade, os problemas de comportamento. Ela é utilizada em vários países como uma forma de combater esses males. Ela melhora as alergias, melhora a imunidade, essa famosa imunidade que todo mundo fala hoje em dia. Então, são inúmeros os benefícios que a natureza traz para a criança.

Além disso, reduz também a exposição à publicidade, porque a criança vai estar menos em tela, então ela vai estar menos exposta ao consumismo, à futilidade, ao materialismo e ao hiperconsumo, aos gastos desnecessários. Então, é uma bênção, uma dádiva, a gente poder oferecer mais natureza para as nossas crianças.

Portanto, esse ativismo de trazer famílias para o ar livre, de trazer as famílias para as praças, de promover o encontro, de reduzir a desigualdade através desse entrecruzar de pessoas de diversas origens, de diversos níveis sociais, de diversos bairros, isso é superimportante também para a Cidade.

Além de que a natureza traz benefícios incontáveis para a vida urbana, como a redução da temperatura, a redução, portanto, do consumo de combustíveis fósseis, de eletricidade. Ela aumenta o senso de pertencimento e de amor das pessoas pelos seus bairros. Ela valoriza os imóveis. Ela atrai famílias. Ela atrai atividade econômica. Ela gera por si atividade econômica. Ela gera biodiversidade.

Enfim, são muitos e muitos benefícios, investir em verdejar a cidade vai trazer. Existem estudos mostrando que apenas o verdejamento de bairros reduz as desigualdades e melhora a qualidade de vida nesses bairros. São coisas muito impressionantes.

Então, a natureza, do ponto de vista da saúde integral da criança, da família e da cidade, é um grande provedor de benefícios indizíveis. E a gente tem de lembrar também que, para terminar, não só a criança e família precisam da natureza, mas a natureza também

precisa de nós, precisa das crianças especialmente, porque preservar a natureza é uma forma de mitigar a crise e o colapso ambiental que está vindo por aí.

Então, tenho falado muito que hoje em dia pais e mães têm de ser ativistas ambientais, 100% dos pais e mães, porque nós estamos diante de um mundo que vai se transformar muito nos próximos anos e o colapso climático, as catástrofes que ele irá trazer, extremos climáticos, tempestades secas, falta d'água, redução de colheitas e, portanto, fome, migrações, isso tudo é inevitável, mas pode ser mitigado.

Pode ser mitigado justamente, entre outras coisas, para a defesa da preservação ambiental e as crianças precisam se apaixonar pela natureza para poder preservá-la. A criança precisa ser levada para a natureza, porque ela não vai se apaixonar pela natureza, vendo-a pelo Youtube ou vendo um bichinho no supermercado numa embalagem de plástico. Ela vai se apaixonar testemunhando a natureza e uma simples pracinha já pode fazer um pouco esse serviço que nós precisamos tanto.

É isso. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Está ótimo. Muito obrigada, Professor Daniel pela sua contribuição. Eu lhe agradeço, aliás, agradeço todos os pesquisadores que vieram aqui colocar dados fundamentais para a gente pensar sobre a importância do verde e do meio ambiente, principalmente termos muita seriedade quando falamos em gestão desses espaços.

Temos aqui alguns convidados, algumas pessoas que são, não da Secretarias, mas de órgãos públicos. Vou falar aqui o nome delas, acho que seria interessante ter uma contribuição, antes de eu passar para o nosso representante da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, o Ravena, que já está aqui.

A gente tem aqui: Maria Angélica Oliveira, Projetos Integrados e Desenvolvimento Sustentável; Sidnei Raimundo, da USP; Euler Sandeville Jr, da Biosphera21; Maria Isabel e Carolina, do Instituto Alana; Sueli Furlan, da Geografia USP; e Lia Salomão, da Cidade Escola Aprendiz. Acho que seria interessante passar a palavra a vocês por três minutos cada um,

antes de passarmos para o pessoal da Secretaria. Pode ser? E, depois, também para os Vereadores presentes.

Deixe-me ver quem já está presente desses convidados. A Maria Angélica Oliveira já está?

A SRA. MARIA ANGÉLICA OLIVEIRA – Estou sim. Em deslocamento, mas chegando. Bom dia a todos, todas e todes.

Sou Maria Angélica, membro do Fórum Verde também. Mas, venho hoje enquanto Projetos Integrados da região da Raposo Tavares, na qual a gente vem trabalhando há mais de dez anos com a temática dos parques, com a temática do verde e do meio ambiente. Sou educadora socioambiental, lido com as crianças.

Primeiro, saudar os convidados que trouxeram subsídios para repensarmos as nossas condutas. Aqui a gente vai trabalhando na linha do bem viver. E o bem viver para a gente é: nós somos parte da natureza, nós fazemos parte disso, mas somos corresponsáveis muito seriamente pela degradação do meio ambiente, seja da água, do ar.

Então, as mudanças climáticas têm nos apontado há muito tempo e cabe a cada um de nós assumirmos a responsabilidade de contribuir nesse sistema de melhoria. O trabalho tem sido árduo, porque a gente está na extrema periferia de São Paulo. A gente está acompanhando as ocupações, tanto regulamentadas pelo Poder Público, aquelas que são provenientes das necessidades das demandas da habitação, mas isso não tira a nossa responsabilidade de brigar por uma qualidade de vida.

Então, estamos aqui, divisa com Cotia, Osasco, Carapicuíba, Taboão da Serra e nos últimos dez anos houve um desmatamento terrível. Os nossos parques estão abandonados. A nossa região tem sete parques e chegam todos os dias para o Cades, do qual também sou representante, reclamações de ocupações.

Então, é exatamente nesse ponto que a pobreza bate. Isso está muito vinculado à questão da manutenção dos cuidados com a natureza, dos cuidados com o meio ambiente em

que estamos. Famílias vivenciando dramaticamente, famílias que estão em cima de córregos. Córregos poluídos, córregos que não têm manutenção sistemática.

O saneamento básico praticamente é uma das nossas pautas. Defendemos que Poder Público e sociedade civil têm de estar juntos. É uma responsabilidade em que o Poder Público tem de estar presente sistematicamente. Mas, não tirando a nossa responsabilidade de pensar na Cidade como um todo.

Então, eu trago uma provocação para os representantes do Poder Público, aos Parlamentares e à sociedade civil presente no dia de hoje, para que possamos pensar seriamente que mundo nós queremos daqui a dez anos.

É isso, Luana. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Maria Angélica.

Agora, passo para o Sidnei Raimundo. Está aí? Acho que ele ainda não chegou. Se o Euler Sandeville Jr., da Biosphera21 puder dar uma palavra para a gente, antes de passarmos para as secretarias.

O SR. EULER SANDEVILLE JR. – Obrigado.

Meu nome é Euler Sandeville, sou professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, desenvolvo um projeto autônomo, Instituto da Paisagem Biosphera21, e participo da criação, com comunidades, moradores, professores, lideranças da região noroeste, do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá, Perus, Anhanguera.

Eu vou ler por causa do tempo.

O TICP Jaraguá, Perus, Anhanguera é um projeto coletivo e solidário desenvolvendo, de modo participativo, o quadripé educação, saúde, ambiente e cultura. Na questão dos parques e áreas verdes e conservação ambiental, pensamos em trazer hoje um pouco do que temos feito lá, entre estudos e ações, mencionar algumas preocupações nossas.

Os parques não podem ser pensados de forma isolada, mas integrados ao Plano Municipal da Mata Atlântica, ao cinturão verde Guarani, ao Planpavel e ao futuro plano da paisagem previsto no Plano Diretor; e isso ser posto como determinante nas políticas públicas

em relação às dinâmicas de uso da terra, seus impactos socioambientais. Essa é que é a questão.

Podemos pensar os parques articuladamente com a preservação e recuperação ambiental e a salvaguarda dos cursos d'água, criando corredores ecológicos e de valorização da paisagem. No caso do TICP Jaraguá, Perus, Anhanguera, isso é possível de ser obtido na conexão entre o Pinheirinho D'Água, o Ribeirão Perus e o Luta dos Queixadas, bem como Santa Fé, entre outros.

Da mesma forma pensamos as áreas verdes em articulação com o patrimônio histórico e afetivo de suas regiões, além do que abrigam. Trata-se de não pensá-los apenas como receptores passivos do lazer, mas também em seu potencial, em políticas públicas integrando-os como espaços educativos e eventualmente como potencial para geração de renda. Um exemplo disso seria o projeto Escola de Marcenaria no Parque Anhanguera, que temos colocado em discussão.

A criação de novos parques na região noroeste pode ser feita em oficinas e projetos participativos em parceria com a universidade, para o projeto e a implantação, gerando formação de jovens, formação para o trabalho, formação de viveres comunitários, entre outras coisas que poderiam ser feitas, como geração de renda e assim por diante. Alega-se que não há recursos para fazer isso.

São previstos na nossa região o Parque Luta dos Queixadas, o Linear Perus, o Cavas de Ouro, de grande importância cultural, histórica e ambiental. Esses projetos poderiam ser implantados nesses aterros. O Aterro Bandeirantes, previsto para ser um parque, além das questões de recuperação que se somam a essas propostas que eu falei, pode abrigar e estimular a geração de renda por serviços ambientais através dos coletivos de catadores com a cooperativa de reciclagem que está sendo implementada pelo Movimento.

Muitas outras questões exigem atenção, como melhorar o acesso aos parques que são ruins e sem segurança, como no caso do Jaraguá e do Anhanguera, e promover a gestão compartilhada do Parque Jaraguá com os Guaranis, que não é uma questão municipal, mas

poderia ser feita por meio da implementação do Cinturão Verde Guarani e do Parque Ecológico Yary Ty, gestado pelos Guaranis e proposto inclusive pelo Natalini.

Especificamente durante a pandemia é necessária uma orientação formativa aos usuários, além das regras básicas de prevenção. A coisa não está melhorando, a gente vai ter uma piora provavelmente, não se pode ignorar isso. Outros cuidados, como trânsito em alta velocidade que atropela os animais, como instalar placas de redução de velocidade na Avenida Doutor Felipe Pinel, onde muitos animais são atingidos.

Enfim, há uma série de questões que, pelo tempo – já ultrapassei os três minutos -, não temos como falar. Dizer que o que eu estou trazendo aqui não é um estudo meu, da Universidade, mas é um estudo da Universidade junto com os moradores. Essas coisas estão sendo concebidas coletivamente e nós gostaríamos de ter uma interlocução melhor com o poder público e com a Câmara no sentido dessas propostas que estão sendo desenvolvidas visando geração de renda, formação, educação e essas questões todas que eu rapidamente apresentei.

Agradeço, em meu nome e em nome do pessoal do Território Jaraguá, Perus, Anhanguera, a oportunidade de falar com vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Muito obrigada, Euler.

Agora eu vou passar para Maria Isabel, do Instituto Alana, Carolina Tarrío e JP Amaral. Se estiverem por aí, três minutos.

A SRA. MARIA ISABEL – Olá. A Carolina não está, mas eu vou representar o Instituto Alana. Meu nome é Maria Isabel, todos me conhecem como Bebel. Eu sou pesquisadora do Programa Criança e Natureza do Instituto Alana, uma organização que tem como missão honrar a infância e que desenvolve diversos programas relacionados à promoção dos direitos, à garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil.

Muito obrigada pela oportunidade de fala.

O Daniel já apresentou um pouco a questão da infância em relação aos parques. Eu queria ressaltar dois aspectos importantes. O primeiro é o momento que nós estamos

vivendo atualmente, então a gente gostaria de apresentar um pouco a experiência que a gente vem defendendo, que são os usos das áreas ao ar livre, especialmente das praças e parques, no planejamento da retomada das atividades escolares de crianças e adolescentes.

A gente tem estudos que já mostram que os usos desses espaços abertos são muito benéficos em termos da segurança de crianças e adolescentes em relação à disseminação de vírus. Diversos países têm adotado esse planejamento intersetorial, ou seja, a Secretaria de Educação trabalhando junto com a Secretaria de Saúde, junto com a Secretaria de Verde e Meio Ambiente no uso dos espaços abertos.

O Município de Jundiaí instituiu isso como política pública, então todas as escolas de Jundiaí estão usando áreas ao ar livre, especialmente de praças e parques, para que as escolas possam retomar suas atividades em segurança, para que os alunos possam retomar seus processos de aprendizagem.

É urgente que as crianças possam voltem às suas atividades escolares o mais rápido possível e os espaços verdes podem colaborar muito em relação a isso. Então eu não entendo por que as escolas não estão fazendo parcerias com parques e praças para que as crianças possam ter atividades não só de educação ambiental, mas de matemática, de linguagem, não só de educação física, mas de ciências e de outras linguagens. Eu acho que é urgente a gente fazer essas parcerias, porque não dá para entender como os parques, durante a semana, estão pouco utilizados, as praças pouco utilizadas, e as crianças em atividades *on-line*.

E o meu segundo ponto é para quando a gente puder pensar no pós-pandemia. As crianças estão doentes, as crianças estão sofrendo, as crianças estão em uma epidemia de sedentarismo e usando o ambiente digital de uma forma absolutamente pouco intencional, pouco qualificada, porque não têm como acessar o seu espaço de pertencimento, que são os espaços ao ar livre.

No Instituto Alana, acreditamos que a criança vai precisar muito no pós-pandemia de áreas ao ar livre e os parques e praças vão ser, na minha opinião, sanadores; serão

espaços de saúde, serão espaços de recuperação da sanidade física, da sanidade mental, da sanidade emocional das nossas crianças e adolescentes.

Por isso o meu pedido é que os setores envolvidos ouçam esse pedido de socorro que as crianças estão nos mostrando de diversas formas, adoecendo psicológica, mental e fisicamente dentro de suas casas. Os parques e praças precisam receber mais e melhor as crianças. Há necessidade de haver mais praças e parques qualificados para receber melhor as crianças. Quando digo melhor, penso nas experiências significativas que essas crianças podem desenvolver nessas áreas.

Vou dar um exemplo que sempre me vem à mente. Em muitos parques, por exemplo, as crianças não podem subir nas árvores, se não podem subir em árvores nas praças e parques onde subirão?

Deixo esse pedido de reflexão.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Eu agradeço, Bebel. Vou passar agora para a Professora Dra. Sueli Furlan, do Departamento Geografia USP.

Pessoal, daqui a pouco vou mandar a lista de inscritos no *chat*, eu gostaria que todos que estão aqui e não apareceram na lista, que mandem o nome no *chat*.

A SRA. SUELI ANGELA FURLAN – Bom dia a todos, quero agradecer e dizer sobre as falas que ouvi já contemplaram um pouco do que eu ia dizer, mas vou acrescentar algumas coisas.

É claro que os parques têm funções tanto ecológicas, quanto estéticas e de lazer, o que já foi bastante comentado, assim como as demandas que temos na Cidade, da saúde, dos espaços livres neste momento tão aflitivo que é o movimento de distanciamento social. Claro que isso afeta todos nós e os parques têm um grande papel a contribuir por ser um espaço livre, inspirador, de relação e de interação.

Agora fazendo sugestões, também gostaria de dizer que essa visão integrada dos desenhos de conservação de parques urbanos, de todas praças e parques em áreas

protegidas, poderia ser mais implementada no sentido de garantir que a gente tivesse realmente a função ecológica mais contemplada no sentido de pensar a questão da biodiversidade urbana.

Também queria falar que conservação é cuidado com a vida e ampliação das áreas protegidas, das áreas verdes dos parques, tem esse potencial ainda muito forte e grande na cidade de São Paulo.

A fala do Euler, por exemplo, da zona Norte, onde eu vivo perto do Jaraguá, tem bastante potencial, mas parece que a política vai, depois para, ela não segue nas propostas de pensar uma integração de todos esses espaços num sistema.

Por fim, gostaria de falar numa proposta que vem em torno da questão da governança, não sei se já foi falado, que cada vez mais a gente está tentando construir um novo paradigma, um caminho para a gestão desses espaços, que é a conservação colaborativa ampliada, no sentido de fazer uma governança com mais participação social, com mais possibilidade de ampliar reflexão sobre, inclusive, as questões que envolvem os diferentes usos.

Acho que agora na pandemia a gente teve um grande potencial para pensar num paradigma muito centrado nas decisões de Governo e de Estado, para decisões que sejam mais partilhadas com a sociedade.

Essa nova ideia de conservação colaborativa, que é uma conservação que vai olhar para uma conservação que está no subsistema fora do Estado, nos desenvolvimentos sociais, nos bairros, nas associações, ela poderia auxiliar muito a Gestão e poderia ajudar muito a trazer mais ideias, mais formas de a gente poder cumprir essas funções tão caras e importantes de lazer, ecológicas e estéticas.

É uma visão ampla. Eu sei que a Prefeitura já teve, tem os conselhos, tudo o que já vem atuando, mas a impressão que dá é que precisa ter uma retomada mais forte. Acho sim, fico sempre incomodada com a questão da pandemia. A gente teve em primeiro lugar o fechamento de áreas que são livres. Acho que é uma questão que pode ser trabalhada de

outra forma, com mais possibilidades de usos, em função das necessidades que este momento traz para todas as pessoas.

Acho que é isso. Não consigo falar pouco.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Tranquilo. Muito obrigada, Professora Sueli, pela sua contribuição.

Para finalizar o bloco de pessoas convidadas, chamo a Sra. Lia Salomão Lopes, da Cidade Escola Aprendiz. Depois, passaremos para a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente.

Pessoal, antes de passar para a Sra. Lia, gostaria de lembrar, por favor, que quem não está com seu nome na lista de inscrição que nos avisem. Acabei de mandar a lista no *chat*.

A SRA. LIA SALOMÃO LOPES – Bom dia, muito obrigada Luana, obrigada a todos. É um prazer estar aqui, estou representando a Cidade Escola Aprendiz, onde nós trabalhamos com a perspectiva dos territórios educativos. Na perspectiva dos territórios educativos e na articulação dos elementos do território em prol do desenvolvimento dos cidadãos, a gente pensa um território que precisa das suas áreas verdes.

Precisa das suas áreas verdes não só como um dos elementos articuladores desse território educativo, mas como elemento que neste momento da pandemia se coloca como central, muito potente de estabelecer, de fato, essa articulação. Um espaço onde a articulação pode acontecer, os encontros podem acontecer e isso pode se dar de forma saudável e potente, beneficiando o território e a Cidade.

A partir dessa perspectiva, não quero me repetir aqui porque acho que vocês trouxeram muitos elementos para essa discussão, mas quero pontuar um que ficou faltando que é a educação ambiental. Até que ponto quando a gente fala de um território articulado em prol das pessoas e do meio ambiente, a gente está também falando da necessidade de dar importância e fortalecer esse potencial articulador da educação ambiental.

O município que fala de ocupar as suas áreas verdes, que tem todos esses benefícios de ocupá-las, de beneficiá-las, de dar importância para essas áreas, é um município que precisa valorizar a sua educação ambiental.

No Aprendiz a gente pensa muito em quem é o potencial articulador desse território? Então quando a gente vai fazer a articulação do território em prol da cidade a gente vai pensar quem neste território tem essa potência de fazer articulação? Olhando para as áreas verdes e olhando para a questão da pandemia na Cidade hoje, esse potencial cai na mão da educação ambiental, que é capaz de fazer hoje a reconciliação que foi dita aqui entre o cidadão e as suas áreas verdes, entre o cidadão e a Cidade.

Esse potencial articulador e reconciliador da educação ambiental tem sido negado para a cidade de São Paulo. Há mais ou menos oito anos a gente só vê o declínio da potência da educação ambiental, dentro da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. A gente não pode deixar de frisar que a Cidade que tem UMAPAZ, a Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz é uma Cidade potente que tem elementos e ferramentas para fazer essa articulação.

Isso tem sido negligenciado, deixado à margem. Quando a gente perde a UMAPAZ, quando a gente perde a educação ambiental, a gente está perdendo o potencial articulador do território.

Queria deixar esse grifo na minha fala. Agradecer estar aqui e convido o Ravena que pode ajudar a gente a voltar a dar luz a UMAPAZ e com isso articular em prol dos territórios dos parques e áreas verdes na Cidade.

Obrigada a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Muito obrigada pela sua contribuição.

Antes de passar para o Ravena, eu gostaria de colocar alguns elementos muito rapidamente.

Primeiro quero agradecer a presença de todos, estamos com quase 50 participantes nesta quinta-feira, pela manhã. Eu penso que foram muitas contribuições, no

sentido do entendimento da importância de áreas verdes e parques urbanos na Cidade para a infância, para a vida adulta, para todos os ciclos de vida.

Acho muito fundamental o teor das falas, mas gostaria de expressar uma preocupação muito forte que tenho. O Chicão tocou sobre isso no início da sua fala.

Nós sabemos sobre a queda que ocorre há vários anos no orçamento para a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente. O ideal poderia ser 1% do orçamento público municipal, o que seria possível com a atuação da Câmara de Vereadores. Nós temos a possibilidade, junto com o Executivo, de definir o orçamento anual da Cidade, tenho certeza de que essa é uma luta fundamental que temos de encampar.

Não consigo, com muita sinceridade, ver a possibilidade de atuação capilarizada, efetiva, sólida, da política pública ambiental sem ter recursos que sustentem essa atuação capilarizada e territorializada. E não dá para fazermos isso tendo uma redução gradual ano após ano do orçamento da a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente.

Gostaria de falar que existe um compromisso forte dos Srs. Vereadores de São Paulo, falo pela Bancada do PSOL e, tenho certeza, também pelos Srs. Vereadores do PT e de outros partidos que aqui estão se colocando disponível para essa luta.

Gostaria de ouvir, inclusive, nesse sentido da representação da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, sabemos que não dá para fazermos...

Quero anunciar a presença da Vereadora Renata Falzoni, que é aliada da nossa luta. Obrigada, Vereadora.

Tenho certeza de que para nós Vereadores não há nenhuma condição de fazer política pública séria, nesse sentido, sem o aumento da receita para a Secretaria Municipal, e conte conosco nesse sentido.

Passo a palavra ao Sr. Rodrigo Ravena, representando a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente.

O SR. RODRIGO RAVENA – Quero cumprimentar todos em nome da nobre Vereadora e agradecer a oportunidade. Eu fiz o mapa mental de todas as falas aqui e se eu for

falar de tudo que anotei, eu vou ficar aqui até amanhã cedo. Basicamente tudo o que foi falado está dentro daquilo que eu entendo que deva ser. Não temos nenhuma discordância com nada disso que está posto.

Gostaria de chamar a atenção para três ou quatro pontos especiais. Primeiro: a questão da transversalidade. Estamos com um plano de ação climática que foi feito com o IPCC, C-40 e que dá a transversalidade das ações de meio ambiente para a Cidade. A promessa é que isso deva ser lançado no Dia do Meio Ambiente. Isso implementa na Cidade uma nova política e uma nova visão que não está só ligada à atuação da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Ela perpassa a atuação de todas as Secretarias. Existem ações específicas para todas as Secretarias para redução de emissões e preservação do meio ambiente. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é a questão da gestão, da governança dos espaços verdes, que podem ou não ser públicos. Estamos terminando, fazendo a compilação final, o cruzamento final do Planpavel com os demais planos que a cidade tem. A Cidade conseguiu – ainda bem - produzir inúmeros planos que estão previstos no Plano Diretor. A Secretaria do Verde produziu os quatro. Os quatro planos verdes estão prontos. O primeiro foi o PMMA; o segundo foi o PMAU, que é o Plano de Arborização Urbana; o terceiro é o Plano para Pagamento dos Serviços Ambientais e o quarto será o Planpavel.

O Planpavel como reúne atividades e estabelece políticas públicas mais globais que não atingem só o território pertencente ao público, atingem outras áreas, inclusive, áreas privadas. Ontem fizemos uma reunião aqui, vamos ter que fazer uma compatibilização do que estamos prevendo com aquilo que já existe, para não correr o risco de ficarmos a vida toda fazendo de novo ou conflitando com outras ações existentes. A Secretaria está se movimentando no sentido de dar instrumentos, tanto para o Poder Público quanto para sociedade civil, para acompanhar a atividade de proteção ambiental.

Gostaria também de destacar o seguinte: desde 2018, quando eu voltei para cá, a questão de parcerias para parques, o modelo Ibirapuera não se replica em lugar nenhum.

Esquece, isso já passou. Todas as demais parcerias dos 110 parques, inclusive as Unidades de Conservação, desde 2018 temos um chamamento público que admite a parceria até com pessoas físicas, porque estamos usando o MROSC como base para essas parcerias. Cabe tudo. Temos buscado e incentivado parcerias. O DNA da Secretaria, especialmente o nosso DNA aqui, meu e da Tamires, é assim: ouvimos todo mundo, conversamos com todo mundo, estamos aqui disponíveis para trocar com todo mundo. Não sou dono da verdade. Não estou em todos os territórios, a despeito de conhecer muito bem o que eu faço a gestão, que são parques e Unidades de Conservação, falando especificamente disso, conheço todas. Sei onde cada um está e sei o que tenho de problema em cada uma delas. Eu preciso da sociedade civil. Isso para mim é um mantra. A sociedade civil tem que estar junto conosco, para ajudar a tocar os espaços, para ajudar a entender o que é necessário para cada espaço.

Um parque na Avenida Paulista é absolutamente diverso de um parque em Perus, que é absolutamente diverso de um parque na zona Sul, em Parelheiros. Então a comunidade, a sociedade civil, em cada uma das regiões participando não só nos Cades Regionais, não só nos conselhos de parques, nos ajuda. Existe um instrumento aberto para isso.

Participação popular nos órgãos oficiais: Cades e Conselhos de Parques. É uma preocupação eterna, minha, especificamente, desde 2015 em ter tudo funcionando. Eu preciso de todos os Cades e de todos os conselhos implementados. Vamos fazer uma tentativa nova que é unificar as eleições: resultado da pandemia, resultado do exercício de fazer reuniões como essa *on-line*, resultado de fazer pesquisas de satisfação *on-line*. Vamos tentar sim fazer uma única eleição para todos os conselhos e para todos os Cades para que possamos iniciar todos no mesmo nível e abertos a mesma forma de participação dentro da Secretaria para tentar levar para cima a participação popular. Não é para diminuir a participação popular. Quero todos os Cades preenchidos, quero todos os Conselhos de Parques formados. São eles que dão a estrutura para Secretaria, eles são órgãos da Secretaria.

Tem mais um ponto que gostaria de falar. Sou funcionário de carreira. Já fui Secretário e estou Chefe de Gabinete. Sempre defendi que precisa sim uma estruturação de

carreiras para administradores de parques. Precisamos redefinir o que é vigilante de parque. Isso é uma discussão que eu estou aberto a fazer com a Câmara. Fui funcionário da Câmara. Sei como é que funciona. Estamos dispostos aqui a fazer essa discussão. É necessário. Também concordo com isso.

Definição do que é parque, o que é parque urbano, o que é parque natural. Na nossa cabeça isso é bem claro, talvez não seja bem claro para a sociedade civil como um todo e para o resto do Governo. Mas o Planpavel, também, é uma das discussões que nós terminamos ontem, que vai dar a definição, mais ou menos, nos moldes que vocês todos falaram: professores, para que serve o parque? O que é um parque urbano? O que é um parque linear? Eu não gosto desse nome, porque o parque linear normalmente não é um parque linear, ele é um parque que acompanha um córrego ou um rio e, se ele não estiver retificado, ele não será linear, ele será um parque de absorção de água de chuva.

Então, precisamos entender também qual é a função desses parques e precisamos sim, com o apoio da Câmara e da sociedade civil, que é fundamental, fazer uma revisão do quadro 7 para permitir uma coisa que está no Plano Municipal de Arborização Urbana. Um dos princípios do Plano Municipal de Arborização Urbana é garantir conectividade, é implementar conectividade e temos um quadro 7 que estabelece os outros parques que devem ser implantados, que já não condiz com a realidade da Cidade.

A Cidade, desde a elaboração do Plano Diretor em 2014 até hoje, passou por mudanças significativas, então precisamos sim fazer a revisão do quadro 7 e incorporar no quadro 7 o PMMA, incorporar, nas questões de desenvolvimento urbano, os planos verdes para que a gente tenha, efetivamente, a proteção ambiental e a saída sustentável dessa situação de pandemia que estamos.

Não tenham dúvida, as discussões até em organismos internacionais têm sido permanentes aqui com a gente, a Secretaria de Relações Internacionais tem feito um trabalho muito legal de trazer os contatos e temos feito os debates e estamos participando dos fóruns internacionais para olhar para a Cidade. E vai precisar rever e trabalhar na recuperação

sustentável da pandemia. E olhar para o futuro, que não é para mim, talvez não seja para o meu filho, mas talvez seja para o meu neto, para a gente ter uma Cidade que seja efetivamente resiliente e que se prepare para os eventos extremos climáticos. Teremos vários, estamos olhando para uma futura crise hídrica e já estamos olhando para ela. São Paulo deu um passo avante com o Plano Municipal de Gestão de Mananciais e Gestão Hídrica, mas precisamos mais, temos de nos preparar, não podemos reagir, temos de agir na preparação daquilo que a gente sabe que vai chegar, não tenham dúvida nenhuma, eu não tenho dúvida nenhuma que essa pandemia se repete com outro formato, mais para frente, se sairmos dessa.

Então, precisamos estar em conjunto trabalhando para que a Cidade seja resiliente, verde, sustentável, amigável e para todos. A Cidade não pode ser para alguns, a Cidade tem que ser para todos. Tentei responder algumas perguntas, falta uma coisa que precisava falar, sobre a educação ambiental.

A gente entende que a educação ambiental é fundamental e estamos territorializando as ações da UMAPAZ. A UMAPAZ teve um ano infernal em 2020, ela foi proibida por decreto de fazer atividades presenciais, tivemos que nos reinventar, e achar nas ferramentas da internet e virtuais, uma forma de fazer educação ambiental, que não é o ideal, a gente precisa territorializar sim a UMAPAZ. E existe o compromisso de ter mais uma sede que está quase implementada que é a UMAPAZ Leste, no Parque do Carmo. Só que as ações territorializadas já começaram a fazer isso com o apoio da educação nas escolas municipais, com formação de professores e capacitação.

Então, entendemos sim que, para além disso tudo, a educação ambiental perpassa todas essas ações e a gente a inclui sim em todos esses programas. Obrigado, Vereadora, acho que falei demais.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Muito obrigada, Ravena. Gostaria de passar agora para a Tamires de Oliveira, que é da Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade.

A SRA. TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA – Bom dia para todo mundo, agradeço o convite, e parabênzo a iniciativa. Esses momentos são superimportantes para a gente, enfim, conheço aqui 80% do pessoal que está aqui e o tempo inteiro a gente conversa bastante, mas é muito importante esses ambientes de escuta e de fala aconteçam onde tem de acontecer, na Câmara Municipal, que ainda temos o braço... (Microfone desligado.)

Enfim, de tudo que todo mundo falou tem muita convergência na fala dos que falaram com o que a gente vem fazendo e vem buscando pavimentar aqui na Secretaria, o que o Chicão falou, o próprio Reinaldo falou, o Ivan, o Daniel, tudo isso são coisas que aqui na Secretaria, especialmente na coordenação de parques, a gente vem trabalhando arduamente para que essas coisas de fato aconteçam, conversar com todo mundo. Tivemos uma conversa muito legal pessoalmente com o Alan nessa semana, conversamos com o pessoal do IEA e vamos buscando, somando. Lógico que nós vamos atrás das instituições, mas é muito importante também que venham para a gente e que a gente o tempo inteiro troque.

E por que eu destaco isso? Porque eu percebo, isso é uma coisa que eu falo bastante com o pessoal, a universidade produz muito conhecimento, mas às vezes, algumas questões ficam um pouco longe da realidade e precisamos juntar isso para que de fato essas coisas formem uma política pública. Então às vezes tem uma ótima ideia em tese, mas quando vamos conhecer a fundo o contexto, começamos a entender melhor quais são as nuances, as dificuldades, e como podemos buscar, com conhecimento científico, e a realidade burocrática, vamos dizer assim, como conseguimos realmente colocar as coisas para funcionarem.

Com relação ao contexto da pandemia, não sei se vocês têm acompanhado, mas dos números que temos levantado desde 2013 já passamos de 13 milhões de visitas nos parques e então isso é um indicador superimportante para a gente de como essas áreas têm sido importantes. Eu já comentei com alguns como as áreas, os parquinhos das crianças, tem sido super procurados e isso tem mostrado para a gente essa demanda fortíssima de todo o mundo. As pessoas estão ficando muito tempo dentro de casa e estão procurando muito as áreas verdes. Então, temos esse número, são mais de 13 milhões de visitas, ainda um

número estimado, e, com toda a restrição que teve, ainda não batemos um ano, e já temos isso, ainda com fechamentos intermediários, então temos dado muita atenção.

Quanto a questão dos modelos de gestão nunca discordamos disso. Quem acompanha mais nas discussões internas da Secretaria sempre falamos em modelos de gestão, e para além do que a gente fez enquanto poder público, o que sempre fizemos ao longo da vida, que também não é um modelo eficiente, a gestão privada, com uma concessionária, aconteceu lá no Ibirapuera.

Eu e o Ravena temos muito esse entendimento, são poucos. Talvez o único mesmo tenha sido o Ibirapuera, que é um modelo muito complexo, e há outras diversas formas de fazer. Isso está muito relacionado com a leitura do território de cada parte. Esta é uma coisa que eu destaco sempre: não posso pegar um carimbo e falar que no Parque Ibirapuera será da mesma forma que no Jockey, da mesma forma está se dando a construção na Augusta, como no Carmo; porque cada território trará para nós alguma coisa que dará outro tom.

Estamos superabertos a pensar novos modelos e também estamos sempre estudando como fazer isso. E muito do que pensamos aqui, internamente, vem de fora, vem de vocês, que nos trazem essas questões. Para isso se fortalecer, e eu sou a primeira a levantar a mão aqui, vamos ouvir o Conselho, vamos fortalecer o Conselho, vamos fortalecer Cades, vamos conversar com todo mundo. Dá trabalho, sim, às vezes é chato, nos estressamos, mas é importante, porque é isso que dá substância para o nosso trabalho.

Quanto à transversalidade, acho que o Ravena já falou tudo. Esse grande plano da mudança do clima vai trazer um compromisso de todas as Secretarias envolvidas; e, de fato, imagino, espero que o ideal do Plano Diretor de 2014, que é trazer essa grande transversalidade da questão ambiental para todas as ações municipais vá também criando consistência. E também não é uma questão fácil de se fazer, de se costurar as ações de uma Secretaria com a outra, de uma pasta com a outra; porque, apesar de tudo, cada uma tem seus trabalhos específicos, e hoje a Prefeitura gasta muito tempo operacionalizando todos os equipamentos. Há muito tempo havia um número de equipamentos, hoje há um número muito

grande, e, fora isso, há a relação disso com a ampliação de parques. Vejo vocês falando sempre: “Ah, porque está devagar, são poucos parques”; mas a complexidade para se implantar um parque é absurda, desde os parques que há, grafados, no Plano Diretor como planejamento, que não são áreas públicas, há todos o processo de desapropriação. Mesmo quando há o dinheiro, e ele é depositado – estamos vendo isso em algumas áreas -, existe todo um processo que é lento, pois depende do Judiciário. Então, não são coisas facilmente colocadas.

Ainda nas áreas públicas, há a questão – e hoje muito mais forte – de como desenhamos esses parques junto com a população. Essas são coisas que tomam tempo. Claro, não são 1 milhão de parques sendo implantados por ano, mas existe uma complexidade que precisamos entender, e, logicamente, precisamos fortalecer quadros da Secretaria, trazer mais Orçamento. Isso, obviamente, acelerado de alguma forma, mas também não é uma aceleração grande, até porque, se dependemos, por exemplo, de processos licitatórios, todo o rito disso também são tempos que têm que ser colocados no cronograma, e isso são coisas reais que trago a vocês.

Outra questão relativa à ampliação – e voltando à questão da gestão dos parques – é que temos que estar preparados e gastarmos bastante energia neste momento com relação a esse modelo de gestão de que tanto falamos, a forma como vamos gerir os parques e fortalecer a população – esse braço externo nosso, principalmente os Conselhos e os movimentos mais engajados -, porque vocês que estudam isso – além de nós – sabem que houve um aumento substancial dos parques em 2006 até 2012, com 100 parques, e houve uma falha muito grande no sentido de não haver ações efetivas para pensar a gestão. Imaginem o que é irmos de 30 parques para 100, de uma hora para outra! Até organizar isso, e depois com todo o desmonte que aconteceu, virou um nó difícilimo de ser desatado. Então, temos que tomar muito cuidado com a velocidade de ampliação e sobre como vamos organizar a gestão disso para, lá na frente, não virar um problema muito maior, com um monte de áreas que nós teremos que fazer malabarismos para gerir.

Acho que é basicamente isso. Eu também já falei bastante, todo mundo já falou. Concordamos com 100% do que foi dito, estamos totalmente abertos para discutir, para pensar e contar com o apoio de todo mundo para pactuarmos ações e trabalharmos em conjunto para realmente fortalecer a Secretaria do Verde, como essa pasta é fortalecida em diversos municípios que vocês citaram no Brasil e no mundo. Essa é uma audiência para ouvirmos. Não sei se há mais alguém, além de mim, para falar; mas fico totalmente à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – De representantes do Executivo, é isso. Obrigada, Tamires. Peço a todos para ficarem até o meio-dia, pois teremos encaminhamentos importantes para fazer aqui. Consegui pegar alguns temas, como a carreira de Administradores e a eleição unificada, e acho que é possível haver algumas pactuações e alguns compromissos mútuos aqui. (Pausa)

Há algum Vereador presente e que gostaria de fazer alguma saudação? Vi que está presente um representante do Vereador Toninho Vespoli. Se houver alguém, peço que se manifeste antes de passarmos aos inscritos, para garantirmos as falas antes dos encaminhamentos próximos do meio-dia. (Pausa) Não havendo, passarei a palavra aos inscritos. O primeiro inscrito é o Sr. Cícero Alexandre dos Santos. Peço a todos os inscritos que observem fielmente a utilização da palavra por três minutos para que consigamos encaminhar antes do meio-dia.

Tem a palavra, Sr. Cícero Alexandre dos Santos. (Pausa) Está ausente. Próxima inscrita, Maria do Carmo Ferreira Lotfi.

A SRA. MARIA DO CARMO FERREIRA LOTFI – Sou Maria do Carmo, sou conselheira do Parque do Chuvisco, do Cades de Santo Amaro, e também participo do Fórum Verde. Quero agradecer a oportunidade. Temos muita coisa a falar, mas vamos priorizar.

Conforme o Professor Pacheco e o Chicão falaram e também outros participantes, quero resgatar a importância das parcerias. Além da legislação que já existe, temos que priorizar essa parceria para um trabalho efetivo dentro dos parques.

No caso do Parque do Chuvisco, ele está localizado, de acordo com o Mapa da Desigualdade, na pior área que temos em São Paulo; e, por incrível que pareça, não temos um CEU na região de Santo Amaro. Então, a proposta que estamos levantando no PLOA junto com o Cades e o Conselho Participativo é para que haja essa parceria, que já foi apresentada no Plano de Concessão do Parque do Chuvisco.

Então seria um CEU acoplado, porque ali nós já temos vários projetos com a Secretaria da Educação, onde já existe o Recreio nas Férias no local; onde já acontecem campeonatos. O que não existe é a infraestrutura necessária para essa parceria se efetivar.

A questão proposta é: parceria com as Secretarias de Educação e a de Esportes com o Parque do Chuvisco, o qual já temos há quatro anos, quando foi sua inauguração e, realmente, com duas áreas enormes, com galpões grandes, estão realmente mal aproveitadas. Então essa é uma reivindicação.

A outra questão é sobre a autonomia do Conselho dos Parques. Gostaríamos de ter uma voz mais ativa. Temos várias propostas interessantes, mas dificilmente são concretizadas.

Tem ainda outro ponto: os estágios. Temos sido procurados por estagiários das universidades. Por que não aproveitar esse pessoal dentro dos parques? Seria muito bom para todos.

Sobre a eleição *on-line*. Gostaria de falar sobre a minha preocupação porque nós tivemos, no Parque do Chuvisco, na última eleição, representantes de igrejas, representantes das comunidades, e eu esqueci de dizer que ali é a região que comunga 17 comunidades carentes, na área da Água Espraiada, e esses representantes foram lá com outros objetivos e não querer realmente trabalhar em favor do parque, mas, sim, pelos seus próprios interesses. Por isso essa eleição *on-line* me preocupa bastante. Como será? Não poderia ser solicitado que a pessoa ao se inscrever como candidato apresente seu histórico, algum vínculo de verdade com o parque, ou mesmo no caso do Cades e, assim, por diante.

Eu acredito que tenha exposto todas as minhas preocupações no momento. Aproveito para agradecer todas as falas, a do Chicão, do Fórum, do Professor Ravena, do Pacheco, e de todos. Era isso que eu tinha a dizer. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Muito obrigada Maria do Carmo. E, antes de passar a palavra à Sra. Angela Rodrigues Alves, acabei de ver que minha colega Renata Falzoni está presente. Renata quer fazer uma saudação? (Pausa)

Vereadora? Será que está sem som. Eu a vi ingressar. (Pausa)

Ok. Passamos para a Ângela Rodrigues Alves, Parque Nacional do Laguinho, enquanto aguardamos.

A SRA. RENATA FALZONI – Desculpe, Vereadora, a ligação caiu. Retornou agora e não ouvi V.Exa. me chamando. Posso falar agora? Estou pedalando.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Tranquilo, pode falar.

A SRA. RENATA FALZONI – Desculpe chegar interrompendo assim. Não queria repetir nada mais do que já havia sido dito. Mas como ouvi até onde se citou o Parque do Chuvisco queria só dar uma pauta: que todos os parques sejam inclusivos. Por que digo isso? Porque o Parque do Chuvisco tem uma linda pista que é chamada pista de skate. Na verdade, é uma pista que pode ser muito bem usada tanto pelo pessoal que patina, quanto aqueles que tem cadeira de rodas e, principalmente, pelo pessoal do estilo BMX.

Claro, sempre lembrando, que haja também essa modalidade, nessa infraestrutura que está no Parque do Chuvisco que é o BMX Parque, o Skate Parque, para que não seja excludente. Porque, por exemplo, o pessoal da bicicleta e mesmo o pessoal do patins não pode usufruir dessa infraestrutura, mas ela é pública e que está num parque público, construído sim, e a própria pista, com dinheiro privado etc. e tal, mas ela é pública, apenas que está impeditiva ao pessoal do BMX, que é aquele bicicletário, vir a usufruir dessa infraestrutura, repito: pública.

Portanto, precisamos, urgentemente, mudar o nome de Parque de Skates para Parque de Esportes Radicais como acontece, por exemplo, na zona Norte da Cidade, que são

parques que abraçam e atingem vários modais, digamos assim, skate, bike, cadeira de rodas e tudo o mais.

E esse é justamente, Vereadora, o objeto de um projeto de lei que protocolei na Casa e ainda nem foi lido, mas que é exatamente para que se pare essa discriminação entre os praticantes de BMX e de skate nas pistas públicas. Essa pauta nós conseguimos resolver no final dos anos 90 e início dos anos 2000, no tempo que eu atuava na ESPN, e parece que essa segregação voltou a acontecer nos anos de 2017 em diante.

Então eu refaço esse pedido para que todas as infraestruturas dos parques sejam inclusivas e que, portanto, não excluam alguns praticantes por problemas pessoais entre os indivíduos e cidadãos.

Vereadora Luana, me desculpe, mais uma vez, chegar no meio da reunião. Obrigada por me dar a palavra, parabéns por esse trabalho e é bem legal ver que estão dando prosseguimento, aí na Câmara, das pautas que nós acreditamos. Obrigada, um grande abraço.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, um abraço para você também, é um prazer ter você como colega no Parlamento. E sobre o projeto, independente da tramitação, mesmo que você não esteja mais por aqui, vamos estar tocando de qualquer forma.

Soube que a Ângela Rodrigues está com dificuldade de se pronunciar agora. Chamo, então, Débora Iacono, do Foro Verde Permanente e, depois, a Sra. Claudia Santana. (Pausa). Débora? (Pausa). Não. Claudia? (Pausa)

A SRA. CLAUDIA SANTANA – Olá, estou aqui. Bom dia a todes. Sou Conselheira Suplente do Parque da Aclimação e membro do Fórum Verde Permanente de Parques, Praças e Áreas Verdes.

Gostaria de falar um pouco sobre os Conselhos Gestores dos parques municipais. Muitos Vereadores e Vereadoras acompanham os parques municipais e seus conselhos. Portanto, conhecem bem os seus problemas. Sabem como é difícil fortalecer o papel da sociedade civil na Gestão Pública, para que ela possa cumprir exatamente esse papel que é voluntário.

Por isso que me dirijo aos Srs. Parlamentares para pedir que nos ajudem a fazer valer, realmente, a democracia participativa dos conselhos.

Quando os conselhos foram criados, em 2003, eles tinham caráter deliberativo, o que foi mantido na lei que os regulamentou em 2013. Mas, em 2018, uma lei alterou a lei original, retirando a expressão 'funções deliberativas'. Foram mantidos todas as outras competências dos conselhos.

Acontece que é muito importante a reinclusão desse termo 'funções deliberativas' na lei, para que esses conselhos possam atuar de forma democrática e autônoma auxiliando na gestão dos nossos parques.

E, em segundo lugar, gostaria de fazer um apelo para que, no próximo orçamento, essa Casa destine mais verbas para a Secretaria do Verde. A fatia que cabe, hoje, à Secretaria do Verde, de 0,3% é irrisória. E essa falta de recursos da Secretaria do Verde tem levado os nossos parques à degradação. Daí eu acreditar que as demandas dos conselhos gestores de mais funcionários e de mais serviços, geralmente, não são atendidas por conta disso.

Quanto à implantação dos novos parques também o ritmo está sendo muito lento e, talvez, pela própria falta de recursos.

Seria necessário ainda regulamentar e implementar o Fundo Municipal de Parques, que foi aprovado no atual Plano Diretor Estratégico, como uma medida para viabilizar recursos financeiros e, assim, implantar esses novos parques. Nós vimos nas falas anteriores a importância dos parques, das áreas verdes, para o bem-estar e para a saúde da população. É preciso, então, que cuidemos melhor dos nossos parques e áreas verdes. Era isso que eu tinha a dizer. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Claudia.

Pessoal, vamos rapidinho para a gente tentar encaminhar antes do meio-dia.

Agora é a Ana Paula Crispiniano.

A SRA. ANA PAULA CRISPINIANO – Bom dia. Vou falar rapidinho. Muito obrigada pela oportunidade de participação nesta audiência pública superimportante. Eu sou conselheira

gestora titular do Parque da Aclimação, em segundo mandato, e faço parte de um movimento chamado Mães e Pais da Aclimação. Eu acredito que eu faça parte de um grupo de pais e mães da cidade de São Paulo que veem nos parques um espaço muito importante para a criação dos filhos numa cidade como a nossa.

Eu também faço parte de um grupo de pessoas que acreditou que a simples vontade de participar dos Conselhos ou de exercer a cidadania na prática bastava, mas agora, no meu quarto ano como conselheira, eu acho que não basta. Eu já fiz a curva entre ser muito briguenta e agora eu assumo uma posição de simplesmente tentar terminar a minha gestão como conselheira publicando atas, o mínimo do mínimo, porque realmente o Conselho não consegue. Se dermos uma olhada no *site* da Secretaria do Verde, percebemos que quase nenhum Conselho publicou ata em 2021, e sem ata nós não existimos. Eu sou secretária do Conselho e eu estou nessa luta para publicação de atas, pelo menos. Nós fizemos essa curva.

Rapidamente, como surgiu o movimento Mães e Pais da Aclimação? Nós tentamos interferir e debater, e a Claudia já falou da mudança da lei, que é muito importante, e eu passei pela mudança. Uma coisa é antes da lei, a participação dos Conselhos; outra coisa é depois. Nós ficamos totalmente inaptos a participar da gestão do parque depois que a lei mudou e agora somos consultivos, não se sabe muito bem o que nós somos. Mas o que nós tentamos no Aclimação foi debater uma reforma de parquinho, nós tentamos colocar algumas opiniões e, honestamente, nós fomos quase que voluntariamente colocados dentro de uma guerra.

Eu só queria finalizar falando do desafio que é ver os parques como um espaço cidadão e não como um espaço de obras eleitoreiras ou um espaço de parceria com empresa privada para lucros. Talvez o fato de a Secretaria do Verde ter um orçamento tão pequeno, isso deixe os parques à mercê da captura de Vereadores, com emendas parlamentares e talvez isso fragilize demais uma gestão participativa, porque eu senti a captura por parte de Vereadores bastante gulosos de apresentar a sua emenda e a sua obra dentro dos parques, vendo os parques como um canteiro de obras, não como um espaço verde para se exercer a cidadania, um espaço sustentável. Isso nós sofremos e vimos sofrendo demais com o que foi a

reforma dos parquinhos da Aclimação, que custou 500 mil reais e tem muitos problemas. Nós levamos a Alana para fazer uma palestra lá, para falar sobre parques orgânicos, naturais, mas nós realmente não fomos ouvidos. Então, existem muitos desafios. Na teoria é uma coisa, na prática é outra, e nós sofremos demais.

Eu agradeço muito a você, Luana, por trazer essa discussão, e que nós, talvez um dia, possamos fazer dos Conselhos Gestores, como a Claudia falou, uma gestão mais democrática e participativa.

Obrigada, Luana.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Imagina.

Pessoal, eu gostaria de propor que as próximas falas fossem de dois minutos. Vou ler quem está inscrito: JP Amaral, do Instituto Alana; Reginaldo Andrade, do Inova; Sonia, da Rede Butantã; Norma, da Sociedade Ambientalista Leste; Rafael, da Consejuve Brasil; Vânia, do Centro da Criança e do Adolescente; Camila Cristina, da Marcha Mundial de Mulheres; Susane Elisabete, da Associação Horto do Ipê; Silvia Raquel, do Fórum Verde Permanente; Ana Aragão; Suerda Deboa; Juliana Leal e Eliene.

Como o JP Amaral foi contemplado pela fala da Bebel, eu vou passar a palavra para o Reginaldo. Ele está presente? (Pausa) Sonia, da Rede Butantã. Está presente? (Pausa) Norma, da Sociedade Ambientalista Leste. Está presente?

A SRA. NORMA – Estou. Parabéns por esta articulação entre os vários segmentos. Parabéns, Luana. É muito importante a articulação entre o primeiro setor, o segundo setor e o terceiro setor em prol de uma atuação assertiva em meio à dificuldade em que estamos vivendo. Sobre a eleição dos Cades e dos parques, que estamos acompanhando, que possa ser feita uma discussão mais aprofundada dos Planos Diretores, e essa articulação *on-line* é muito importante para nós entendermos o que está acontecendo na Cidade, é uma força para os movimentos não ficarem conversando isoladamente e para nós fazermos uma atuação certa no que é necessário, abrindo espaços. Parabéns.

Eu quero mandar um abraço também à professora Sueli Ângelo Furlan, minha professora. Pela Sociedade Ambientalista Leste, da qual eu faço parte, e pelo Fórum de Desenvolvimento Sustentável da Zona Leste, neste primeiro momento, eu peço que o Parque o Rodeio, que fica do lado da Cohab Inácio Monteiro e Juscelino Kubitschek, abra também o portão de cima e o portão de baixo para que as pessoas pelo menos possam caminhar, só caminhar, porque só o portão central está aberto com medição, mas que as pessoas de idade possam entrar pelo portão de cima e fazer a medição, porque isso é importante, e voltar pelo portão de cima. É um terreno com muito declive e é muito difícil dar uma volta inteira para entrar pelo portão principal. Disseram aqui que há uma restrição de entrada, mas cada caso é um caso, cada parque é um caso e, nesse parque, eu acho que seria muito importante essa abertura, pois não há um fluxo tão grande de pessoas, é só o do pessoal do bairro e não vai ter um impacto grande.

Obrigada a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Norma.

Agora tem a palavra o Rafael Vitor, da Consejuve Brasil. Ele está presente?

(Pausa)

O SR. LEONARDO MAGLIO – Vereadora Luana?

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Pois não?

O SR. LEONARDO MAGLIO – Se você puder me incluir... Eu sou assessor do Toninho e tive que sair para atender uma ligação e acabei perdendo a minha vez. É uma fala de 30 segundos no final, se der.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Beleza, dá sim.

A Vânia Ferreira, do Centro da Criança e do Adolescente, está por aí? (Pausa) Vânia? Acho que a Vânia não se encontra.

Camila Cristina, da Marcha Mundial de Mulheres, está por aí? (Pausa) Camila Cristina?

Susanne Elisabeth, da Associação Horto do Ypê? Está aqui inscrita, Susanne?

(Pausa).

A Silvia acabou de retirar a inscrição dela, pois está contemplada pelas outras falas.

Ana Aragão está por aqui?

A SRA. ANA ARAGÃO – Estou por aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Passo a palavra a Ana.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

A SRA. ANA ARAGÃO – Queria aproveitar a convergência das falas para fazer a defesa das áreas verdes, das áreas abertas, todos os espaços fundamentais. Considero uma Cidade tão agressivamente contestada.

Farei um apelo aos Vereadores presentes e também aos representantes desses Vereadores nessa... (falha na transmissão) ... Frente de Valorização e Conscientização (falha na transmissão) ... para que conseguisse chegar a um resultado de mudar a relação tanto da sociedade civil quanto dos representantes dos órgãos públicos... (falha na transmissão) ...

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – O áudio está um pouco ruim, Ana. Será que desligando a câmera melhora a internet?

A SRA. ANA ARAGÃO – Pode ser.

Alguma coisa do que falei valeu ou não?

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Se puder dar uma resumida, seria bom.

A SRA. ANA ARAGÃO – Queria aproveitar, falando pelo Fórum Verde e pela Rede Butantã, a convergência que houve em relação a fala de todos e gostaria de propor que intensifiquemos uma conscientização mais ampla de uma forma geral para a população – tanto para a população quanto para os órgãos públicos - para que haja um entendimento maior com relação a importância das áreas verdes.

Hoje, não temos uma proteção ambiental, mas temos uma proteção total a especulação imobiliária predatória. Gostaria que esse mesmo empenho e essa mesma força fosse igual para as praças, parques e áreas verdes da Cidade.

Então, acho até que com relação aos parques, todos que estão em planejamento, eu acompanhei a fala da Tamires, eu acho que ela colocou bem a questão de cada caso é um caso, porém vou aproveitar esse cada caso é um caso para falar do Parque Linear Caxingui. Ele teve uma absurda aprovação para construção de um empreendimento imobiliário em uma área que está grafada dentro do Plano Municipal de Preservação de Mata Atlântica e que também é considerado um sítio arqueológico, com pelo menos 17 nascentes. Quer dizer, é o absurdo do absurdo do absurdo.

Mas fazendo uma recuperação nessa defesa de todos os parques - cento e tantos parques, acho que 180, sei lá, 160, 180 parques previstos no Plano Diretor Estratégico. A minha defesa é para que eles sejam implantados e para que haja uma Frente de Conscientização maior para parques, praças e áreas verdes na cidade de São Paulo.

É isso. Obrigada pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Ana.

Suerda Deboa está por aí?

A SRA. SUERDA DEBOA – Bom dia.

Sou Suerda Deboa, sou integrante do grupo de trabalho Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá, Perus, Anhanguera e também integro Associação Mulheres Assim Assim e coletivo Nos Trilhos.

Houve falas aqui que me contemplaram. Eu quero fortalecer a discussão para que a gente possa então trabalhar para a melhoria da gestão compartilhada no Parque Estadual Jaraguá juntamente com os povos Guaranis que habitam o entorno e que estão se organizando para criação de um Cinturão Verde Guarani e também a criação do Parque Ecológico Yary Ty.

Não podemos mais permitir que a especulação imobiliária em dado espaço, como o que houve no caso da Tenda, recentemente, e que desrespeitam a Lei Federal. Houve também problemas com a Prefeitura nesse sentido.

Então, para que a gente possa impedir que iniciativas como essa invadam um território que é de preservação e também para que não permitamos que os parques sejam privatizados. Também teve uma iniciativa recente da privatização do Parque Jaraguá. E que a gente possa abrir esses espaços para aqueles que residiram nesse lugar, antes de se chamar Brasil e que são responsáveis por preservar os cursos de água e remanescentes de vegetação nativa no nosso território.

Vale ressaltar que são principalmente os Parque Jaraguá, Anhanguera, Serra da Cantareira, que são considerados o Cinturão Verde da região de São Paulo, sobretudo das regiões Noroeste e Norte de São Paulo.

Quero ressaltar também que já tem articulações locais na zona Noroeste de São Paulo que estão se movimentando. É importante que o Poder Público, Vereadores, dialogar com esses grupos já organizados e que possam criar projetos, editais para geração de trabalho e renda para a população local e que estejam alinhados com a preservação ambiental.

Temos também aqui no território, conhecido também como o território que tem um museu ao ar livre, por já compreender esses parques já citados, patrimônio histórico, como a estrada de ferro Pirapora – Perus, Cavas de Ouro, aldeias Guarani, fábrica de cimento, antiga hospedaria do Jaraguá e além de compor 40 grupos e coletivos organizados pela sociedade civil que atuam fortemente para a geração de trabalho e renda para tornar a periferia um centro, um bom lugar para morar, orgulhar-se e sentir-se pertencentes.

Quero só dizer para que possamos melhorar o trajeto até o Parque Jaraguá e que a gente possa instalar placa de redução de velocidade na Avenida Doutor Felipe Pinel, que por ali passam muitos animais silvestres, como capivaras, gambás e tatus que acabam sendo atropelados. Gostaria muito de reforçar essa parte também.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Suerda.

A Sônia, da Rede Butantã, entrou. Sônia, você consegue falar e dar a contribuição em dois minutinhos?

A SRA. SÔNIA – Bom dia a todas, todes e todos. Eu sou a Sônia, da Rede Butantã e da Associação Cultural do Morro do Querosene. Eu queria fazer dois destaques aqui. Acho que muita coisa já foi falada. Eu queria dar um salve aqui para o nosso Parque da Fonte. Estamos na esperança muito forte de conseguirmos, finalmente, implementá-lo, com todos os sonhos que temos. E, dentro desses sonhos, está a convivência da comunidade, a presença das crianças, o tratamento local da água, a recuperação das nascentes e tudo o que sempre sonhamos aqui, no Morro do Querosene e no Butantã e na Cidade, porque nós temos parcerias com todo mundo.

E o segundo ponto seria destacar a importância de recuperar o processo do Planpavel. O Planpavel é o Plano de Áreas Verdes do Município. Eu participei do processo do Planpavel pelo Cades Central e também na plataforma de Contribuições do Participe Mais. É um projeto muito importante para a Cidade, está previsto no PDE e eu gostaria muito de chamar a atenção para continuarmos com esse processo, porque eu acho que vai dar referência no planejamento e nas propostas de todos os parques e de todas as áreas verdes que são tão importantes neste momento.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Sônia, minha vizinha de Butantã.

Agora, eu gostaria de passar para a Juliana Leal.

A SRA. JULIANA LEAL – Olá. Boa tarde. Muito obrigada, Vereadora Luana, pela execução desta audiência de extrema importância para a discussão das nossas áreas verdes.

Eu venho em nome de uma organização coletiva de moradores e usuários da Praça Pôr do Sol, na zona Oeste de São Paulo, que se chama Pôr do Sol Sem Cerca. A Praça Pôr do Sol é uma praça que ficou muito famosa nas últimas décadas. E, para além de uma área de lazer, cultura e saúde, ela também virou um ponto turístico. Mas eu estou aqui para falar especificamente da época de pandemia. No início da pandemia, a Praça, que tem em torno de 31 mil metros quadrados, foi cercada por tapumes para evitar aglomeração, em caráter temporário. No entanto, após o Ano Novo, os moradores foram surpreendidos por uma obra de

colocação de alambrados com estruturas definitivas. Ou seja, a Praça estava sendo cercada para sempre, sem nenhum tipo de consulta pública ou transparência.

No *Diário Oficial*, nós encontramos que a licitação da obra estava classificada como “reforma e melhoramento da Praça”. Vejam bem, a Praça não melhorou em nenhum momento. Essa obra não melhorou, em nenhum momento, essa área verde. Nós fizemos uma manifestação, um Abraço à Praça, em fevereiro; um abaixo-assinado com mais de 6 mil assinaturas contra o cercamento e desde lá nós tivemos ajuda, também, do mandato da Bancada Feminista, do qual eu sou assessora também, que pediu por uma audiência pública especificamente para tratar desse assunto. E, aí, nós queríamos fazer o convite aqui formalmente à Vereadora Luana e a todos os Vereadores presentes para participarem dessa audiência pública quando ela ocorrer, para que discutamos, inclusive, mais especificamente sobre isso.

E, aí, qual é o cenário da Praça hoje? A Praça está cercada com alambrados definitivos e, além disso, os tapumes foram fixados à cerca. Então, além de um impedimento físico mesmo de acesso, há também o impedimento visual, que não faz sentido. E ainda se soma ao fato de que os moradores têm gravado vídeos do uso privativo da Praça. No momento ela está fechada, mas nós temos visto pessoas e cachorros dentro da Praça.

Então, isso tudo é muito simbólico. Mostra os efeitos excludentes de uma política privatista e elitista das nossas áreas verdes. Então, nós queríamos trazer aqui a necessidade da implementação ativa dos concelhos participativos de praças também, para que a sociedade civil com os nossos pesquisadores, com os nossos profissionais e Poder Público tomem decisões que, de fato, conectem seres humanos, animais e natureza, e que consigamos pensar, inclusive, nas outras formas de vida e sociedade que não tomem a natureza uma mercadoria.

Então, era isso, rapidamente trazendo aqui. Queria agradecer a oportunidade de fala à Vereadora Luana.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Muito obrigada, Juliana.

Vou passar agora para a Ueliene Gomes, por fim.

A SRA. UELIENE GOMES – Boa tarde a todos e todas.

Sou Ueliene, do Conselho Gestor Chácara do Jóquei. Eu tenho três pontos e não sei se os meus dois minutos vão me permitir falar tudo o que eu gostaria de falar à Câmara de Vereadores, onde estão as pessoas responsáveis pelas alterações de leis e ao Poder Executivo que está presente, que tem a prerrogativa de apresentar as leis e de fazer atuações diretas na questão da gestão efetiva dos espaços públicos.

Primeira coisa que eu gostaria de falar é sobre a degradação dos parques, a questão de gestão e orçamento público. Eu sou uma pessoa com bastante idade, não tanto, mas eu tenho quase 60, então sou da fase em que o discurso da terceirização seria importante para melhorar a eficiência. Muitos contratos, muitas áreas que eram feitas pelo Poder Público, que eram assumidas diretamente pelo Poder Público, foram terceirizadas com o discurso de que a área privada faria melhor e que o Poder Público passaria apenas a fazer a gestão desses contratos. Nós vemos a deficiência na elaboração desses contratos e verificamos também que a fiscalização desses contratos é deficitária, tendo como uma das razões, inclusive, o número pequeno de funcionários, porque os quadros vão diminuindo e a gestão vai ficando complicada. Então, a questão do administrador profissional de parques, de carreira, dentro dos parques, nesses casos, é, de fato, muito importante, porque essa pessoa pode ser preparada para fazer a gestão desses contratos.

Também gostaria de falar sobre as leis e as funções dos conselhos gestores. Houve essa alteração, que a Cláudia já comentou, e que não podemos esquecer de que a composição do conselho gestor é uma composição paritária entre Poder Público e sociedade civil. O que se observa, na verdade, é que a essa paridade do Poder Público dentro das reuniões do conselho gestor praticamente é inexistente. Então, fica muito mais fácil se tirar cinco palavras da lei, que foram as funções normativas, fiscalizadoras, consultivas e deliberativas” e, aí, criar toda essa insegurança dentro das funções, das competências nas

reuniões do conselho, como alguns colegas aqui, da Aclimação, por sinal, foram muito claros. Foram dois momentos: antes da retirada dessas palavras e pós-retirada das palavras.

Uma outra questão é sobre o Ravena comentou a respeito dos chamamentos para a iniciativa privada fazer essas parcerias dentro do parque. Eu entendo que a publicidade desses chamamentos, apesar de saírem no *Diário Oficial*, é deficitária, e que se, de fato, há interesse para que essa parceria ocorra, é necessária uma maior divulgação, uma maior publicidade, principalmente dentro do espaço, do equipamento público, e no entorno do equipamento para que, de fato, a sociedade possa saber, conhecer e participar e potencializar esses chamamentos.

Era isso o que eu gostaria de falar e obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Muito obrigada, Ueliene, por suas contribuições.

Eu acredito que tenha aqui um representante do mandato do Vereador Toninho. Se ele quiser dar uma saudação, antes dos encaminhamentos.

O SR. LEONARDO MAGLIO – Olá, Vereadora Luana Alves. Obrigado. Quero me desculpar, porque nós tivemos um conflito de agenda, mas foi um conflito de agenda que tem tudo a ver com a reunião de hoje, porque eu estava, agora, neste momento, com o pessoal do Parque Cabeceira do Caboré. É um projeto de lei encabeçado pelo Natalini, que fica na Vila Andrade, e estávamos com essa reunião agendada. Tive de dar um suporte e fazer uma fala. O Vereador Professor Toninho Vespoli também teve de entrar nessa reunião que já estava há muito tempo agendada.

Então, eu quero, primeiramente, agradecer-lhe e parabenizá-la por essa condução, bem como pela proposta de fazer uma audiência pública para um tema tão importante. Colocamos o mandato do Vereador Professor Toninho Vespoli à disposição de todos, de todas essas lutas de parque. O Vereador abraçou uma série de projetos de lei que estão tramitando na Câmara, que eram de autoria do Vereador Gilberto Natalini. Posso citar o Parque da Mooca,

esse Parque Cabeceira do Caboré, o Parque dos Guaranis, que o Prof. Euler citou, e o Parque da Fonte, que a nossa amiga Sonia citou.

Temos acompanhado essas lutas pela cidade e também temos acompanhado as concessões que têm acontecido na cidade. Neste ano, agora, há uma concessão do Parque da Água Branca – que, ainda, na verdade, não foi iniciada, mas sabemos que há um processo de construção de Plano Diretor – e tem acontecido o que aconteceu com o Parque do Jockey e com o Parque do Ibirapuera, um atropelamento no processo participativo da construção do Plano Diretor. Então, temos acompanhado essa questão do Parque da Água Branca, que é fundamental.

Percebo, assim, pelas falas dos professores e pelas falas do Executivo, que temos certo descompasso entre a preocupação que a academia e a ciência já estabelecem em relação às áreas verdes dos parques e o que, de fato, vemos em prática em uma cidade como São Paulo. Acho que precisaríamos ter uma sinergia maior. Já está claro. A ciência já manifestou a importância dos parques, das praças, das árvores, na cidade. Percebemos que a velocidade com que a Prefeitura implementa a ampliação e a proteção dessas áreas não é o ritmo de que precisamos para nos proteger das questões climáticas que a cidade vai enfrentar e já vem enfrentando.

Reforço, também, a questão do poder deliberativo do Conselho Gestor dos Parques. É uma luta que eu também acompanhei desde a legislatura anterior. Estamos nessa, também. Acho importante voltar.

Então, é isso, pessoal. Parabéns a todos. Estamos à disposição, no mandato do Vereador Professor Toninho Vespoli.

A SRA. ANA ARAGÃO – Fale do Caxingui.

O SR. LEONARDO MAGLIO – O Caxingui, também, Ana. É claro, com certeza. Estamos na luta.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Pessoal, das falas que tinham sido inscritas, essa foi a última. Eu pergunto se há mais alguém. Não sei se o William quer dar,

também, uma última saudação, uma última fala, antes de nós prosseguirmos para os encaminhamentos. Estamos com 16 minutos adiantados, mas acontece. É muita gente querendo falar. Não há problema.

O SR. WILLIAM BOUDAKIAN – Obrigado, Vereadora Luana Alves. Obrigado, Reinaldão. Eu represento a Rede Esporte pela Mudança Social. Nós temos 161 organizações que fazem parte desse movimento e, em São Paulo, temos muita gente atuando em praças, em becos, em vielas, em parques. Esses espaços são de esporte, educação, inclusão social. Somos novos aqui. Foi uma provocação dos próprios membros do Fórum Verde. Afinal a que serve esse esporte? Estou gostando muito da discussão. Tem sido um espaço de aprendizagem muito bom. Uma verdadeira aula de inspiração, sendo práticos, temos muita capacidade de gestão, de gerir projetos, desenvolver projetos, acessar recursos via leis de incentivo e as organizações que eu lidero e muitas das outras organizações têm potencial de propor projetos para essas áreas.

Então fica aqui uma provocação para a própria Secretaria do Verde e Meio Ambiente no sentido de ampliar esse diálogo e de termos o mapeamento sobre possíveis oportunidades, para que tenhamos encontros onde as organizações possam entender as demandas, as possibilidades e quem sabe propor projetos e buscar recursos para construirmos e ampliarmos esse diálogo.

Outra coisa que também podemos ver como oportunidade é que o Fundo da Criança e do Adolescente, anualmente, abre um edital e se considerarmos os espaços dos parques e praças como ambientes de educação para que possamos pensar em desenvolvimento humano, poderia ser uma linha prioritária para que projetos sejam propostos para ocupar e qualificar esses espaços de esporte, educação e meio ambiente.

Fechando, nobre Vereadora, V.Exa. deve conhecer a praça Paulo Kobayashi. Trabalhamos nela há quatro anos e ela está fechada. Atendemos as crianças do Centro. São 300 crianças e continuamos atendendo mesmo, agora, na situação da pandemia. Temos contratos, seguimos com todos os protocolos. E agora, diante da Covid, estamos atendendo as

crianças dos cortiços da região Central, mas a praça está fechada. Seria muito importante voltarmos, seguindo todos os protocolos ao atendimento.

Fica aqui o nosso pedido. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Gostaria de propor, antes de passarmos ao encerramento, alguns encaminhamentos. Na verdade, muitas coisas foram faladas. Foi muito fundamental esse espaço de escuta, de compromisso para pensarmos. Tivemos a presença de parlamentares, para pensarmos em alguns compromissos que podemos ter em relação às áreas verdes e aos parques.

A primeira questão que me parece algo da nossa alçada, que é possível de fazer, o próprio Secretário Rodrigo Ravena colocou em sua fala, em relação à carreira de administrador de parque. Sabemos que essa é uma questão sensível, complexa, que não se resolve de um dia para o outro. Mas eu acredito ser algo que nós parlamentares temos que ter esse compromisso, conseguirmos assumir aí com a sociedade civil e com a própria Secretaria.

Gostaria de propor, se possível, pensar em um grupo de trabalho inclusive contando com a sua experiência, Sr. Secretário, em relação a esse de tema para conseguirmos pensar no longo prazo, um PL que trate da carreira de administrador de parque. Esse é um encaminhamento que eu gostaria de propor, pensarmos esse grupo de trabalho, especificamente de um PL que consiga falar sobre isso, consiga de alguma forma regulamentar essa carreira de administrador de parques, não que isso substitua obviamente a participação popular, a participação territorial, as especificidades de cada local, mas eu acho que seria interessante um encaminhamento como esse. Acho que seria muito importante e gostaria de saber. O Ravena está aí ainda? De pensarmos algo desse tipo.

O SR. RODRIGO RAVENA – Eu estou aqui ainda. Fico à disposição, eu e Tamires, acho que temos muita coisa para evoluir e essa é uma delas. E estamos sempre à disposição para debater e tentar formatar as estruturas da Secretaria e os projetos de política pública, não política só de governo, mas política pública, para enfrentamento de pandemia, de mudanças

climáticas, e, especialmente, de preservação do meio ambiente. Estamos aqui para isso. Se a Câmara conseguir ajudar, conseguimos ter mais perna.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Então, vamos montar esse grupo de trabalho. Está tirado por mim esse encaminhamento. Há uma segunda coisa que eu gostaria de tirar dúvida, inclusive, com vocês e com o próprio Ravena e a Tamires em relação à eleição unificada, que eu acho que é a gestão unificada dos parques. Parece-me que já saiu em *Diário Oficial* a comissão eleitoral e eu gostaria de saber se existe possibilidade de pensarmos uma comissão eleitoral dessa eleição unificada que tenha mais participação da sociedade civil, que tenha mais participação, por exemplo, dos gestores atuais dos parques, dos conselhos de gestores atuais dos parques, seria uma possibilidade de pensarmos algo nesse sentido. Eu entendo a necessidade de eleição unificada, acho que é algo que faz sentido do ponto de vista de organização.

Sabemos que o processo eleitoral é algo bastante complicado de ser organizado, acho que faz sentido ela ser unificada sem dúvida, mas eu fico pensando nessa comissão eleitoral ter mais representações. Eu gostaria de saber a possibilidade de pensarmos algo assim.

O SR. RODRIGO RAVENA – A coordenação de colegiados, nós temos vários colegiados na secretaria, talvez seja uma que tenha presença mais efetiva de colegiado. A comissão de colegiados, a coordenação de colegiado, desde que eu vim para cá, não tem conseguido exercer a função que deveria ter que é de acompanhar os colegiados, dar força e subsídio para atuação dos colegiados, porque ela virou uma comissão eleitoral.

São 110 eleições de parque, mais 39 de Cades regionais, então ficamos o ano inteiro durante quatro anos fazendo eleições. É o primeiro motivo de tentar unificar. A participação da sociedade civil é essencial e o pessoal da comissão de colegiado, a Maralina, está à disposição de quem quiser para conversar e entender como é que montamos a participação da sociedade civil. Não queremos excluir ninguém, mas considerando o tamanho

disso, buscamos as representações regionais para tentar facilitar a participação da sociedade civil.

A gente não se opõe a aumentar ou não, nessa primeira fase de comissão eleitoral; mas o que eu posso garantir – e, aí, foi um pedido meu, pessoal – é que a análise documental e a análise de possibilidade de participação nas eleições seja efetiva, para a gente evitar que alguém que esteja lá na zona Leste venha querer participar e ser conselheiro na zona Sul, e coisas do tipo, ou participar mais de uma vez, ou votar mais de uma vez. A gente está assumindo um risco enorme, é evidente que nós estamos assumindo um risco enorme; mas é uma forma de a gente tentar caminhar.

A gente tem, historicamente, regiões da Cidade em que, por exemplo, não há Cades Regional. Uma região significativa é a Sé, que não tem Cades Regional. Por quê? Porque não consegue fazer eleição. Porque, a cada movimento de se fazer uma eleição específica na Sé, não anda. Então, é uma tentativa, Vereador. Eu me comprometo aqui, e fico à disposição, e estou colocando o CGC à disposição de todos os Conselhos para que procurem a Maralina. Ela teve o trabalho de elaborar, de modo justificado, essa forma de representação. E para quê? Para que a gente ganhe celeridade. O edital ainda não foi publicado, acho que sairá hoje ou amanhã; mas nada impede que a sociedade civil apresente questionamentos a esse edital, e a gente analisa, como sempre fazemos. Não é uma análise do tipo “Olhei, vou negar”; não, a gente vai analisar, sim, ver o volume. Mas eu peço encarecidamente para todo mundo que está preocupado com a participação popular nessa eleição, em especial na Comissão Eleitoral, que procure a Maralina. Ela está à disposição para explicar e justificar de que forma está estruturada, e está bem estruturada, gente. Na verdade, não queremos excluir ninguém; mas incluir todo mundo na Comissão Eleitoral significa a gente ficar um ano tentando fazer eleição.

Estamos à disposição, o gabinete está à disposição, a Coordenação de Gestão de Colegiados – CGC está à disposição. De qualquer forma, eu me comprometo a fazer outra conversa aqui para ver o que a gente pode fazer em termos de incorporar mais pessoas.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Ravena, o edital, você falou que vai sair em *Diário Oficial* em um ou dois dias? É isso?

O SR. RODRIGO RAVENA – É. Porque faltava o Secretário assinar.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – O.K.. Acho que o Chicão está com a mão levantada. Você quer falar, Chicão?

O SR. FRANCISCO EDUARDO BODIÃO – É muito rápido, Luana. Quero agradecer ao Ravena esses esclarecimentos superimportantes. Estamos preocupados, sim. Através do Fórum, a gente tem conversado com conselheiros de Cades, conselheiros de vários parques. Quero registrar que amanhã, às sete da noite, temos uma reunião desses vários Conselhos exatamente para dimensionar quais são as preocupações e apresentar, então, para a Secretaria as nossas sugestões, encaminhamentos e preocupações.

Temos plena confiança na boa vontade da secretaria, na articulação que é feita internamente. Não é a primeira vez que a gente dialoga com a Tamires e com o Ravena, mas sabemos que é preciso amarrar muito bem essa questão da eleição, os critérios, as regras, porque é isso: já passamos por várias eleições, por momentos diversos, por governos diferentes, e sempre com a boa vontade dos técnicos, ainda assim, alguma coisa ficou pelo caminho.

Então, a nossa preocupação em colaborar, ajudar, trazer elementos de reflexão para essa comissão, e quando falarmos da ampliação, concordo com Ravena, não é de colocar todo mundo, mas, sim, de ampliar e de garantir o olhar dos Conselhos Gestores dos parques, a participação dos conselheiros, e tenho certeza de que vamos avançar para a melhora desse formato.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) - Minha última sugestão de encaminhamento dialoga bastante com isso que o Ravena expôs – inclusive agradeço por você ter explicado a maneira como nós podemos questionar possíveis ajustes a serem feitos – no sentido de, depois de ser publicado em DO, aí sim fazer os questionamentos oficiais, aliás, deixo meu mandato à disposição para quem quiser apoio para elaborar os ofícios podemos colaborar.

E, aproveitando isso que o Ravena falou em mantermos o diálogo, fico pensando se é possível, talvez, fazermos um esquema de vindas quadrimestrais da equipe da Secretaria. Acho que seria superinteressante para dar continuidade a esse diálogo. Acho que é algo para continuarmos juntos e seria boa a periodicidade das audiências quadrimestrais para falar sobre Orçamento, enfim, outros assuntos relacionados. Acho muito legal.

O SR. RODRIGO RAVENA – Vereadora, da parte da Secretaria – estou até falando pela Tamires - permanecemos à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Ótimo, obrigada, então suas vindas quadrimestrais serão muito bem-vindas para seguirmos nosso diálogo.

Não sei se tem mais alguma contribuição a ser dada. Já extrapolamos o tempo em 30 minutos. (Pausa)

Foi uma audiência com bastante colaborações, abrimos o debate sobre alguns impasses que foram expostos, conseguimos também explicitar muitos problemas em parques e áreas verdes na Cidade como um todo, bem como a possibilidade de atuação conjunta nossa, ou seja, sociedade civil, Parlamentares, movimentos sociais e a própria Secretaria.

Agradeço muito a participação de todo mundo: que tenha sido presencialmente, que tenham feito suas inscrições. Obrigado aos participantes dos movimentos de cada bairro, ao Fórum Verde Permanente, à Secretaria, à Tais, ao Rodrigo, Tamires. Gostei muito dessa reunião e, claro, vamos pensar como continuar nosso diálogo nos próximos meses.

Fico feliz também que conseguiremos realizar essas vindas quadrimestrais da Secretaria a essa Comissão Extraordinária.

E, antes de declarar encerrada esta audiência, quero agradecer ao Roberto, da Comissão do Meio Ambiente, que nos deu um apoio técnico fundamental para nós.

Obrigada mais vez a todos. Infelizmente, foram 30 minutos a mais, desculpem, mas que acabaram sendo necessários para que pudéssemos tratar tudo. Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.